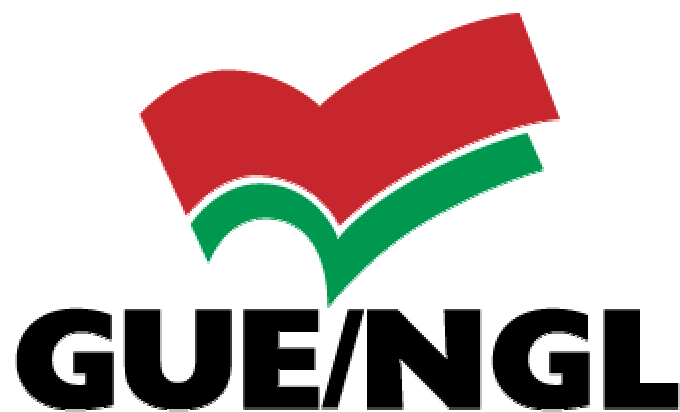


Amianto
os custos humanos da voracidade das
empresas



Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica
Grupo Parlamentar · PARLAMENTO EUROPEU

Uma publicação GUE/NGL -
Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda
Nórdica Verde

Amianto: os custos humanos da voracidade das empresas

Índice

Prefácio de Francis Wurtz

Introdução de Kartika Liotard

1. Enquadramento: contexto e historial da utilização do amianto

2. Definir o âmbito do problema

3. Exposição profissional ao amianto

4. Exposição ambiental ao amianto

5. A dimensão humana

6. Situações dos países

7. Evitar mais mortes desnecessárias

8. Conclusões do autor

Apêndice A: Declaração da conferência

Apêndice B: Programa da conferência e lista de participantes

Apêndice C: Ligações úteis

«À parte a pólvora, o amianto é a substância mais escandalosa com que as pessoas já tiveram de trabalhar. As forças obscuras que lucram com o amianto não hesitam em recorrer à chantagem, ao logro e a práticas sem escrúpulos para protegerem os seus lucros; sacrificam deliberadamente a saúde dos trabalhadores aos lucros empresariais.»
– Remi Poppe, ex-deputado, Partido Socialista, Países Baixos.



Photo: Hein du Plessis

Esta publicação é dedicada a todas as pessoas em todo o mundo cuja morte resultou de uma doença relacionada com o amianto.

UM COMBATE EXEMPLAR

A conferência sobre o amianto realizada no Parlamento Europeu em 22 e 23 de Setembro de 2005, que é objecto da presente brochura, constitui um novo passo na via traçada há décadas na Europa e no mundo pelas organizações sindicais, pelo movimento associativo e por um sem número de homens e mulheres que, por diferentes razões, decidiram um dia empenhar-se em trazer a lume a verdade sobre os perigos do amianto, socorrer as vítimas e obter a erradicação deste risco calamitoso para a saúde humana. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde considera ser seu dever contribuir para este esforço de informação, sensibilização e mobilização. Um grande obrigado a todas e todos os participantes nestes trabalhos que vieram de toda a Europa e de outras regiões do mundo.

Os seus testemunhos comprovaram, acima de tudo, a actualidade desta luta. Com efeito, apesar de a ligação entre a asbestose e o risco de cancro do pulmão ter sido descoberta... em 1935, embora todas as variedades de amianto tenham sido classificadas de cancerígenas pelo Centro Internacional de Investigação sobre o Cancro já em 1977, e apesar de a directiva europeia que prevê a proibição do amianto datar de 1999, a proibição da utilização do amianto em toda a União Europeia só se tornou efectiva em 1 de Janeiro de 2005!

Ora, não só a utilização maciça de amianto no passado continuará a matar nos próximos anos (estando mesmo o número de mortes provocadas pelo amianto a aumentar na Europa e correndo-se o risco de a situação se manter por mais dez a quinze anos!), como o acompanhamento da aplicação efectiva da legislação, a protecção dos trabalhadores encarregados da remoção do amianto, a ajuda às inúmeras vítimas já reconhecidas ou a reconhecer, bem como a prevenção dos riscos, nomeadamente profissionais, constituem outros tantos domínios de intervenção para os próximos anos. E sempre sem esquecer a nossa responsabilidade de europeus no tocante a práticas vergonhosas de exportação do perigo para outros países, em especial do Sul do planeta.

Neste contexto, a "Declaração de Bruxelas" proferida no final da Conferência Europeia de Setembro de 2005, corroborando os pedidos das associações médicas e das organizações internacionais no sentido de 2006 ser declarado ano de acção contra o amianto, constitui um apelo às instituições europeias para que implementem um plano de acção pormenorizado (ver anexo A).

Para concluir, não podemos deixar de prestar uma homenagem especial a Laurie Kazan e a todos aqueles, homens e mulheres, que se têm empenhado neste combate exemplar.

***Francis Wurtz,
Presidente do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/
Esquerda Nórdica Verde***

INTRODUÇÃO

Acabar com a conspiração do silêncio

O amianto continua a ser a principal toxina cancerígena a afectar os trabalhadores europeus. Fora do local de trabalho, o amianto é a segunda causa ambiental de cancro, imediatamente a seguir ao tabaco. Tanto os produtos de amianto utilizados nas casas de habitação e edifícios comerciais europeus como os resíduos de amianto presentes no meio ambiente continuam a gerar níveis inigualáveis de doença e morte nos Estados-Membros da União Europeia.

A utilização generalizada de amianto nos Países Baixos, o meu país de origem, tem tido graves consequências; milhares de pessoas morreram de doenças relacionadas com o amianto depois de terem trabalhado com amianto ou com produtos contendo amianto, terem partilhado a sua casa com familiares que haviam estado expostos profissionalmente ao amianto ou terem residido próximo de fábricas consumidoras de amianto. Na cidade de Goor, onde a fábrica de fibrocimento Eternit era a principal entidade empregadora, muitos habitantes locais – não só trabalhadores – contraíram doenças relacionadas com o amianto. Durante muito tempo, existiu uma conspiração do silêncio e, inicialmente, as vítimas não receberam qualquer assistência ou reconhecimento.

A criação da Comissão Holandesa para as Vítimas do Amianto na década de 1990 e o empenho dos seus membros atenuaram o flagelo das vítimas do amianto nos Países Baixos. Actualmente, muitas das pessoas afectadas pelo amianto neste país beneficiam de um tratamento médico adequado e de uma indemnização financeira. Infelizmente, outras não. Os bairros residenciais ainda estão contaminados e os trabalhadores continuam a expor-se a produtos que contêm amianto e que estão escondidos na nossa infra-estrutura...

O amianto não é unicamente um problema europeu; as empresas multinacionais estão a exportar esta substância prejudicial para países em que a protecção social e sanitária está menos desenvolvida do que na Europa.

Segundo Xavier Jonckheere, presidente da Associação Belga das Vítimas do Amianto (ABEVA), “o amianto afecta todos os países do planeta. É como um polvo que abre os seus tentáculos. Aquilo que é proibido nos nossos países está agora a ser feito noutros locais – onde as normas laborais não são tão rigorosas, não existe nenhuma protecção e os grupos de pressão ligados ao amianto ainda são poderosos.”

Mais de 25 países estiveram representados na Conferência sobre o Amianto realizada no Parlamento Europeu, em 22 e 23 de Setembro de 2005. A Conferência contou com a participação de trabalhadores afectados pelo amianto e seus familiares, profissionais na área da assistência às vítimas do amianto, activistas ligados à saúde pública, profissionais de saúde, juristas, jornalistas, funcionários públicos, inspectores de fábricas, peritos de remoção do amianto e académicos.

Durante a Conferência, procedeu-se a uma análise da política comunitária no domínio do amianto, identificando os seus êxitos e fracassos. As delegações descreveram as experiências nacionais em matéria de amianto nos novos Estados-Membros da UE e chamaram a atenção para os problemas enfrentados. O objectivo era encontrar respostas para certas perguntas, nomeadamente: como melhorar a situação de todas as vítimas do amianto? Como evitar que as gerações futuras venham a contrair estas doenças fatais?

No final da Conferência, foi adoptado um plano de acção europeu em matéria de amianto para 2005-2006. O plano de acção apela ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia e ao Conselho no sentido de apoiarem uma proibição internacional do amianto. A legislação comunitária deveria proibir a utilização do amianto pelas empresas sediadas na UE em qualquer parte do mundo. A transferência da produção de amianto e produtos contaminados da Europa para os países em desenvolvimento deveria ser impossibilitada.

A eficácia desta acção foi claramente demonstrada pelo resultado da vigorosa campanha levada a cabo por um grupo de ONG em França, Egipto e Índia, em torno do Clemenceau, um dos antigos e mais prestigiados navios da marinha francesa que deveria ser enviado para a Índia para abate. O Supremo Tribunal Administrativo francês acabou por concordar com os activistas, tendo considerado que a exportação deste resíduo tóxico infringia os protocolos nacionais, os acordos internacionais e a legislação francesa, e deliberado no sentido de ser suspensa a exportação do Clemenceau para a Índia. Em 15 de Fevereiro de 2006, o presidente francês Jacques Chirac ordenou o regresso do Clemenceau! Este momento feliz verificou-se apenas alguns meses após a realização da Conferência.

Para concluir a minha introdução a esta publicação, gostaria de citar Laurie Kazan, o seu autor:

“A Conferência Europeia sobre o Amianto foi um acontecimento histórico, assinalando o início de uma nova fase no debate europeu sobre o amianto. As empresas, os Governos, as associações profissionais e indivíduos que impuseram esta substância cancerígena à sociedade civil e que continuam a retirar benefícios da sua utilização serão responsabilizados. A luta continua!”

Kartika Liotard
Deputada do Parlamento Europeu, Grupo GUE/NGL
Socialistische Partij, Países Baixos

1. Enquadramento: contexto e historial da utilização do amianto

No início do século XX, Ludwig Hatschek inventou um processo de combinar fibras de amianto com cimento para produzir fibrocimento, um material que tinha excelentes propriedades técnicas e com um vasto leque de aplicações. Como o amianto «duraria para sempre», Hatschek deu ao processo o nome de Eternit (de eterno) e o seu passo seguinte foi vender a patente a empresas de todo o mundo, muitas das quais adoptaram o nome Eternit.

A indústria do fibrocimento proliferou rapidamente e teve um enorme sucesso. A produção global atingiu o pico em 1975, ano após o qual as vendas no mundo desenvolvido começaram a decair. Ao longo dos anos, manifestaram-se repetidamente receios em relação aos riscos para a saúde associados ao amianto, à medida que se descobria que as fibras de amianto finas eram facilmente inaladas e se demonstrava provocarem diversas doenças respiratórias, incluindo uma fibrose aguda dos pulmões chamada asbestose. A investigação confirmou que a exposição à substância pode causar um tipo de cancro extremamente agressivo no tórax e no abdómen. Calcula-se que morram 100 000 pessoas por ano vítimas de doenças relacionadas com o amianto, como mesotelioma, asbestose e vários tipos de cancro.

Ao mesmo tempo que foram sendo impostas restrições à utilização do amianto nos países desenvolvidos, alimentaram-se novos mercados nas economias em vias de desenvolvimento. Nos últimos anos, as vendas de produtos de fibrocimento na Índia, no Paquistão, na Indonésia e na Tailândia aumentaram significativamente. Apesar de ser conhecido que a exposição ao amianto pode causar doenças debilitantes e mortais, os produtores de amianto continuam a defender que a utilização do amianto é segura e negam a existência de alternativas mais inócuas.

Lóbi com uma longa história

Existem provas documentais de que a indústria do amianto, ciosa de «salvaguardar a sua posição», tem exercido desde os anos 30 um lóbi activo junto de governos nacionais e organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1929, a Eternit Bélgica e a Eternit Suíça criaram uma empresa comum, por sugestão de Ernst Schmidheiny, da Eternit suíça, na convicção de que, para os produtores de fibrocimento, a concorrência pelas matérias-primas e os mercados não era tão rendível como a cooperação. Formou-se então um grupo exclusivo de empresas produtoras de fibrocimento, denominado *International Asbestos Cement AG* (SAIAC). Os seus objectivos eram os seguintes:

- o intercâmbio de conhecimentos técnicos, experiência, propaganda e patentes;
- a aquisição conjunta de matérias-primas de produção;
- a investigação conjunta;
- a conclusão de acordos de exportação;

- o estabelecimento de novas empresas em países «neutros»;
- a definição de mercados e preços de mercado.

O maior grupo de amianto do Reino Unido, Turner & Newall Ltd., exprimiu o seu orgulho em pertencer ao cartel, referindo-se-lhe num relatório anual da empresa como «uma Sociedade das Nações em miniatura». Actualmente, decisores e consumidores nos países em desenvolvimento são visados por campanhas publicitárias agressivas, financiadas com milhões de dólares provenientes do amianto. O incremento no consumo de amianto nos países que dispõem de pouca informação sobre as consequências a longo prazo da exposição ao amianto, sem legislação específica sobre esta substância, sem controlo do cumprimento da legislação vigente, sem inspecções oficiais dos locais de trabalho, sem indemnizações, sem serviços de saúde e segurança social, constitui motivo de séria preocupação. A vulnerabilidade dos trabalhadores da construção civil nestes países transformou a exploração numa rotina. Não raro analfabetos, muitos vivem com as suas famílias nos estaleiros de construção ou nas bermas das estradas. Neste contexto, para Fiona Murie, directora de saúde e segurança na Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção Civil e da Madeira (IFBWW), a noção de «utilização controlada» do amianto é «uma piada de mau gosto».

A IFBWW e a campanha para a proibição global do amianto

A IFBWW promove uma campanha contra o amianto desde os anos 80. Os sindicalistas chilenos estiveram na primeira linha do movimento para a proibição do amianto. Através do trabalho com um grupo de vítimas do amianto, conseguiram denunciar as práticas nefandas de Pizarreno, um membro do grupo Eternit, que se recusou a reconhecer ou a indemnizar as famílias enlutadas de 300 trabalhadores de 11 fábricas de fibrocimento vitimados por doenças provocadas pelo amianto. Recorrendo a técnicas de manifestação aperfeiçoadas durante os anos da ditadura de Pinochet, foram organizadas «funas»¹ à porta das casas de executivos da Pizarreno para denunciar a sua participação pessoal na conduta vergonhosa da empresa e exercer pressão no sentido da proibição nacional do amianto. Em 2001, o Chile tornou-se o primeiro país da América Latina a proibir o amianto.

A IFBWW, em colaboração com outras organizações laborais mundiais, tem exercido um lóbi junto da OIT para que esta adopte uma posição sobre a proibição global do amianto com base em argumentos de saúde. Infelizmente, muitos governos europeus não têm «ajudado». Determinados a tirar partido do *status quo*, o Reino Unido, a Holanda e a Dinamarca, entre outros, têm resistido a nova legislação, tratados multilaterais ou novas convenções sobre normas do trabalho. A Convenção n.º 162 da OIT está a ser deliberadamente distorcida por lobistas do amianto no Brasil e não só, que a citam para justificar a propaganda da indústria em prol da «utilização controlada». Os delegados à conferência têm de pressionar as delegações nacionais a evoluírem para uma posição favorável à proibição na OIT. A Organização Mundial da Saúde (OMS), que concordou em

¹ O comportamento durante uma «funa» consiste em bater em painéis e frigideiras para criar uma manifestação pública de grande visibilidade.

fazer da erradicação da asbestose uma prioridade, tem igualmente de se debruçar sobre as consequências das exposições ambientais. Entre os objectivos da IFBWW, contam-se:

- a necessidade de uma proibição global do amianto;
- a inclusão do crisótilo (amianto branco) na lista de Prévia Informação e Consentimento (PIC) da Convenção da Roterdão;
- a protecção de trabalhadores, como os carpinteiros e canalizadores, contra os riscos de exposição ao amianto;
- a erradicação da decapagem a seco para remoção do amianto por empresas não licenciadas que empregam trabalhadores sem formação e da deposição ilegal de amianto;
- a necessidade de melhorar os direitos e condições dos trabalhadores, bem como de pôr termo às práticas laborais informais e sem controlo.

O peso empresarial da Eternit

A Eternit (Países Baixos), parte do grupo belga Etex, provocou problemas de saúde e a morte a muitos antigos trabalhadores, familiares e residentes locais. Verifica-se uma contaminação generalizada com amianto das comunidades próximas das fábricas Eternit e o custo das operações de descontaminação de amianto necessárias nos Países Baixos foi calculado em 50 milhões de euros. A Eternit mostra-se irredutível na sua posição de não pagar. Os parlamentares neerlandeses foram instados a aplicar o «princípio do poluidor-pagador» para obrigar a empresa a remediar a devastação ambiental que gerou. A arrogância dos executivos e empresas do fibrocimento não é uma coisa do passado.

Um artigo de jornal recentemente publicado na Suíça criticou magistrados do Ministério Público italiano, que, na sua tentativa de obter justiça para as vítimas do amianto, estão a equacionar uma acção judicial contra Ernst Schmidheiny. O empresário suíço alega estar a ser «alvo de uma perseguição sem motivo» pelas autoridades (italianas).

Na Bélgica, a Eternit exerce uma enorme influência. Estava programada a publicação de um artigo de jornal, intitulado «O Vale do Silêncio na Bélgica», sobre o trágico legado do amianto no país, de modo a coincidir com a Conferência Europeia do Amianto – mas não chegou a sair. A supressão do artigo ilustra o facto de, em 2005, a censura e a influência corporativa ainda serem mais fortes do que a liberdade de expressão e a democracia na Bélgica.

2. Definir o âmbito do problema do amianto

Na União Europeia, a legislação vigente que protege os trabalhadores contra a exposição ao amianto data de 1983. Vinte anos volvidos, a investigação mostra que esta legislação é inadequada e que o seu cumprimento continua a ser deficitário em muitos Estados-Membros.

Tal como especificado na Directiva 83/477/CEE do Conselho, de 19 de Setembro de 1983, relativa à protecção sanitária dos trabalhadores expostos ao amianto durante o trabalho, são exigidos exames médicos antes do início da exposição perigosa e, posteriormente, de três em três anos². O artigo 16.º da referida directiva prevê que os registos médicos sejam conservados durante 30 anos e o artigo 17.º estatui que se mantenha um registo dos casos reconhecidos como asbestose e mesotelioma. Entre Julho de 2004 e Abril de 2005, Olaf Hagemeyer, da universidade alemã de Aachen, realizou uma investigação sobre as práticas actuais nos Estados-Membros. Foram enviados questionários sobre a forma como era aplicada a directiva comunitária, nos quais se inquiria especificamente dos exames médicos subsequentes à exposição. Responderam 23 Estados-Membros (não houve réplica de Chipre e Malta). A análise das respostas demonstrou que a vigilância clínica posterior à exposição foi executada em apenas 14 Estados-Membros (60%). Os processos de exame diferem: uns consistem numa radiografia normal aos pulmões; em sete países, procede-se ao exame da expectoração e, em 12, realiza-se pontualmente uma tomografia computadorizada de alta resolução. Apenas 15 Estados-Membros conservam registos médicos durante três anos. «A ausência de registos afectará a nossa capacidade de aceder a dados», afirma Hagemeyer.

Em Setembro de 2005, a UE decidiu que a recolha dos dados relativos aos sexos era desnecessária. A avaliar pelas estatísticas coligidas sobre a repartição, na Alemanha, dos casos de mesotelioma, a presente decisão é de vistas curtas, diz Olaf Hagemeyer. O défice de pedidos de indemnização apresentados por mulheres com mesotelioma é significativo: em 2002, a doença vitimou mais de 250 mulheres e apenas deram entrada 75 pedidos. Por outro lado, os dados recolhidos mostram que a percentagem de homens que pedem indemnizações por mesotelioma aumentou drasticamente nos últimos 20 anos. Uma explicação possível para este facto é que os médicos e médicos legistas não questionam as mulheres com mesotelioma sobre o seu historial de exposição ao amianto. Na Alemanha, quem não puder comprovar a exposição profissional ao amianto verá comprometido o nexo entre a doença e o exercício da actividade profissional, que é essencial para receber a indemnização do Estado. Devido ao longo período de latência das doenças relacionadas com o amianto, pode ser difícil provar a exposição profissional. Por conseguinte, Hagemeyer sugeriu a compilação de um registo central de todos os trabalhadores expostos ao amianto.

² <http://europa.eu.int/eur-lex/lex/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31983L0477:EN:HTML>

Dinamarca

Os sindicatos dinamarqueses estiveram na vanguarda da recolha de informação sobre o problema e na luta geral contra o amianto. No fim dos anos 80, as secções locais da Confederação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil da Dinamarca analisaram um mapa do país, elaborado pelo Instituto de Oncologia, que mostrava a distribuição geográfica do mesotelioma. Registava-se uma prevalência de casos nas áreas onde se situavam estaleiros, fábricas de vidro e outras fábricas utilizadoras de amianto. A confederação escreveu a várias centenas de antigos trabalhadores, perguntando se tinham trabalhado em estaleiros, se tinham manipulado isolamentos com amianto ou se tinham sintomas de doenças pulmonares. Foram entrevistados mais de cem antigos trabalhadores dos estaleiros e 50 foram submetidos a exames médicos. Um aspecto significativo do programa de exames era a cooperação entre funcionários da confederação, médicos e profissionais médicos locais que trabalhavam em clínicas de doenças profissionais. Em consequência desta iniciativa, 24 dos trabalhadores conseguiram obter prestações da Caixa Nacional de Indemnizações.

Na Dinamarca, cada trabalhador tem de contribuir para o regime público de acidentes de trabalho e os médicos hospitalares têm de comunicar todos os casos de doença profissional, bem como patologias susceptíveis de estarem relacionadas com a actividade profissional. Por exemplo, se a um carpinteiro for diagnosticado um problema pulmonar que possa estar ligado à sua profissão, a doença tem de ser assinalada. As doenças relacionadas com o amianto são reconhecidas oficialmente como doenças profissionais há mais de 40 anos: a asbestose em 1954, o cancro do pulmão no fim da década de 50 e o mesotelioma em 1963. Todavia, não existe um procedimento de reconhecimento automático e casos houve em que os sindicatos tiveram de recorrer aos tribunais para obrigar as entidades patronais a pagar indemnizações. Em 1986, um sindicato levou um caso até ao Supremo Tribunal para obrigar o arguido, a Eternit dinamarquesa, a pagar uma indemnização.

Entre dois e cinco por cento de todos os cancros diagnosticados na Dinamarca estão relacionados com a actividade profissional, o que significa 650 a 1300 cancros profissionais por ano. Infelizmente, apenas uma fracção deles – 208 – é reconhecida. Para verificar se houve efectivamente uma subdeclaração e para avaliar o impacto de um simples historial profissional no processo de reconhecimento, o Instituto de Oncologia da Dinamarca realizou uma investigação. Quase 700 doentes de mesotelioma, diagnosticados entre 1994 e 2002, preencheram os critérios especificados pelos investigadores; menos de metade (300) tinham sido comunicados à Caixa Nacional de Indemnizações. O estudo, publicado em 2005, conclui que existe uma subdeclaração grave de casos de mesotelioma relacionado com a actividade profissional. Outra revelação resultou de pesquisas mais aprofundadas entre doentes de mesotelioma do sexo masculino no Registo Oncológico da Dinamarca que ainda não haviam requerido o reconhecimento da origem profissional das suas doenças. Os investigadores apuraram que a informação disponível sobre os empregos destes homens e a exposição potencial ao amianto nesses empregos permitiria a mais 105 vítimas de mesotelioma do sexo masculino obter uma indemnização.

«Em termos económicos, este estudo demonstra que, ao longo de um período de oito anos, as companhias de seguros defraudaram doentes de mesotelioma em 16 milhões de coroas dinamarquesas (2,15 milhões de euros)», de acordo com Lars Vedsmand, consultor de segurança laboral da Confederação de Sindicatos dos Trabalhadores de Construção Civil da Dinamarca.

As conclusões deste estudo caíram como uma bomba no país. Apesar de os serviços de oncologia deverem estar familiarizados com a causa das doenças relacionadas com o exercício de actividades profissionais, não se pede aos doentes que apresentem o seu historial profissional. A percentagem de mulheres que comunicaram os seus casos de mesotelioma é ainda mais baixa do que a dos homens. Infelizmente, a experiência dinamarquesa não é invulgar: em 2001, a Liga Europeia contra o Cancro assinalou que apenas a Finlândia, a França, o Reino Unido e a Dinamarca estavam em condições, com base na informação publicamente disponível, de apresentar estatísticas sobre o mesotelioma. Em consequência da subdeclaração, o Ministro do Emprego dinamarquês anunciou recentemente que serão tomadas medidas para tornar obrigatório que o pessoal hospitalar e clínicos gerais tomem nota dos históricos profissionais. Além disso, serão facultadas mais formação profissional e informação.

Hipocrisia perigosa: o *Clemenceau*

O caso do «Clemenceau» ilustra a duplicidade de critérios dos países ocidentais que exportam navios obsoletos contaminados com amianto para serem desmantelados em estaleiros da Ásia. Encomendado em 1957, o «Clemenceau» foi, durante 40 anos, um dos navios de maior prestígio da marinha francesa. Como em todos os navios da época, na sua construção, foram utilizadas grandes quantidades de amianto. De acordo com a Convenção de Basileia, que proíbe a exportação de resíduos perigosos, e a legislação da União Europeia relativa ao ambiente, cada país deveria gerir os seus próprios resíduos perigosos. Assim, o desmantelamento de navios saturados de amianto deveria ocorrer no país de origem do navio.

Em 2003, o «Clemenceau» percorreu o Mediterrâneo em busca de um estaleiro com regras laxas. O navio foi vendido a uma empresa espanhola que tentou proceder à descontaminação na Turquia. O governo francês interveio e obrigou o navio a regressar ao porto militar francês de Toulon. Em 23 de Junho de 2004, o Estado francês e a Sociedade das Indústrias de Desmantelamento de Navios (SDI), uma filial de uma multinacional alemã, celebraram um contrato, no qual se estipulava que, após a fase 1 de remoção do amianto ser concluída em França, o navio partiria para a Índia, onde seria retirado o resto do amianto³. O trabalho de descontaminação realizou-se em França entre Novembro de 2004 e Março de 2005. Entretanto, *Ban Asbestos France*, a organização francesa que luta pela proibição do amianto, pediu ao Ministério da Defesa que impedisse o envio do navio contaminado para a Índia.

³ Um artigo publicado no «Libération», de 15 de Março de 2005, calculou que o trabalho em Toulon tinha removido 65-80 toneladas de amianto do «Clemenceau» e que restavam 22 toneladas de amianto para serem removidas pelos trabalhadores sem habilitações e desprotegidos dos estaleiros de desmantelamento indianos.

A organização intentou igualmente acções judiciais para impedir que o navio zarpassse. Estabeleceu contactos com associações e ONG indianas que já se tinham manifestado sobre questões semelhantes. A investigação realizada pelo Greenpeace documentou a realidade dos riscos profissionais que persistiam nos estaleiros de desmantelamento indianos⁴. As fotografias mostravam as terríveis condições em Alang Bay, com ondas fortes a rebentarem continuamente ao longo da praia. O desmantelamento de navios é um grande negócio em Alang Bay, o destino aventado para o «Clemenceau». Em 2001-2002, entre 25 000 a 40 000 trabalhadores, alguns de 17 anos, desmantelaram 254 navios. As mulheres levam as peças mais leves dos navios, muitas das quais contêm – ou são revestidas a – amianto. O amianto é arrancado da estrutura de aço com mãos nuas; trabalhadores secam a crocidolite para revenda. A maioria dos trabalhadores anda descalça e, geralmente, a protecção contra os muitos riscos profissionais a que estão expostos consiste num lenço a tapar a boca. A *Ban Asbestos France* intentou uma acção judicial contra o Estado francês e a SDI. Aquilo que deveria ter sido um debate sobre princípios reduziu-se a uma questiúncula sobre aspectos processuais. Esperava-se uma decisão do tribunal de Paris, em 11 de Outubro de 2005, que trataria da questão da competência. A menos que houvesse uma evolução inesperada, o navio poderia zarpar para a Índia em Março de 2006⁵. A batalha do «Clemenceau» travou-se nos tribunais, na televisão e em outros meios de comunicação social franceses. Conferiu uma elevada visibilidade à transferência, normalmente invisível, de resíduos perigosos do mundo desenvolvido para o mundo em desenvolvimento. Este caso ilustra não somente a duplicidade de critérios em vigor, mas a determinação dos governos nacionais e das multinacionais em ignorar convenções e direitos internacionais que têm efeitos adversos para os seus interesses económicos⁶.

Grécia

Em 1990, o professor grego E. Velonakis calculou em 150 000 o número acumulado de trabalhadores gregos que tinham estado expostos ao amianto. Em 1993, um estudo realizado pelo professor M. Kogevinas calculou que, anualmente, 10 000 trabalhadores sofriam os efeitos nocivos da exposição à substância. Até 1995, a Grécia contava-se entre os setes maiores fornecedores mundiais de amianto, produzindo 100 000 toneladas de crisótilo por ano, chegando a processar até 300 000 toneladas anuais de amianto grego e importado em fábricas de fibrocimento em:

- Nea Lamsakos, Evoia, colocando uma mão-de-obra de 250 pessoas em risco de exposição profissional ao amianto entre 1961 e 1990;
- Salónica, colocando 416 efectivos em risco de exposição profissional ao amianto entre 1968 e 2003;

⁴ Ver: *End of Life Ships – The Human Cost of Breaking Ships*, no sítio seguinte: <http://www.fidh.org/IMG/pdf/shipbreaking2005a.pdf>

⁵ Após esforços judiciais intensos envidados pela *Ban Asbestos France* e outras ONG, uma decisão judicial autorizou o «Clemenceau» a zarpar para a Índia, em 31 de Dezembro de 2005.

⁶ Ver: artigos no jornal «The Hindu» (números de 31 de Dezembro de 2005 e 1 de Janeiro de 2006).

- Patras, colocando 150 trabalhadores em risco de exposição profissional ao amianto entre 1969 e 2000.

Na Grécia produziam-se igualmente travões e materiais à prova de fogo que continham amianto. Em 1993, a utilização do amianto azul (crocidolite) foi proibida por lei (decreto 1154/93); em 31 de Dezembro de 2004, a Grécia tornou-se o último dos 15 Estados-Membros da UE a proibir a utilização de todas as formas de amianto, tal como previsto na directiva europeia.

A incidência de doenças relacionadas com o amianto é subestimada pelos serviços públicos gregos. Os números de casos de asbestose comunicados pela Fundação de Segurança Social foram: três em 1994 , cinco em 1995 , três em 1996, quatro em 1999 , três em 2000 e um em 2001. O doutor Patentakakis, um médico pneumologista que exerce num hospital especializado em doenças pulmonares, comunicou 456 casos diagnosticados de asbestose e 22 casos de mesotelioma no período 1994-2002. Os grupos considerados mais expostos ao risco de contraírem doenças relacionadas com o amianto incluem:

- pessoas da área de Metsovo, onde há uma elevada incidência de mesotelioma devida a exposições ambientais;
- marinheiros e outros tripulantes mercantes, nomeadamente maquinistas, que, geralmente, registaram níveis mais elevados de exposição contínua ao amianto no cumprimento dos seus deveres a bordo de navios.

Embora o mesotelioma do peritoneu seja reconhecido como doença profissional na Grécia, o mesotelioma da pleura não é⁷. O governo, embora ciente da contradição, não tomou quaisquer medidas. Em 2001, foi diagnosticado mesotelioma da pleura a um trabalhador de chapas metálicas, de 52 anos; devido aos intensos esforços dos seus médicos, o caso em apreço foi reconhecido como doença profissional.

Desde a realização do seminário helénico do amianto em Atenas, em 2002, tem sido mantido um diálogo constante sobre as questões do amianto com o governo grego. Numa conferência de imprensa realizada em Atenas, em 21 de Setembro de 2005, o Ministro do Emprego confirmou a decisão de instituir uma comissão nacional para a gestão dos riscos relacionados com o amianto no Ministério do Emprego e da Segurança Social. Em colaboração com o Departamento de Medicina do Trabalho e Ambiental do *Imperial College*, de Londres, estão a ser equacionadas medidas para criar um registo do mesotelioma na Grécia e, posteriormente, um registo de todas as doenças relacionadas com o amianto. Estão a ser elaborados planos de sensibilização para os riscos do amianto entre os trabalhadores do sector da construção civil: o Ministério da Educação está a conceber um programa para focar o amianto nas escolas, que incluirá medidas de protecção dos trabalhadores que removem o mineral dos edificios escolares contaminados, assim como dos utentes dos edificios.

⁷ Ver: *Subdeclaração das doenças profissionais: o caso grego*. CG Alexopoulos, G. Rachiotis, M. Valasi, S. Drivas, P. Behrakis. *Medicina do Trabalho* – 2005; 55 (1): 64-65.

"A falta de dados estatísticos sobre a presença de amianto nos edifícios públicos e privados é um elemento crucial do problema do amianto na Grécia – outrora um dos maiores produtores de amianto do mundo."

Dimitris Papadimoulis, Synaspismos, Grécia

República Checa

Entre 1991 e 2004, foram diagnosticados 638 casos de mesotelioma na República Checa, dos quais 52 (8%) foram reconhecidos como tendo origem profissional; foram reconhecidos ainda 230 casos de doenças relacionadas com o amianto. Na República Checa, as doenças profissionais reconhecidas são especificadas na Lista das Doenças Profissionais (decreto do governo n.º 290/1995), baseada em classificações da OIT⁸. Existem 18 clínicas ou serviços ambulatoriais especializados em doenças profissionais. Cada caso de doença profissional deve ser verificado por uma das 18 secções do Departamento de Doenças Profissionais; a doença deve constar da Lista de Doenças Profissionais e a exposição deve ser confirmada por higienistas laborais. O departamento (não uma companhia de seguros ou um tribunal) reconhece o pedido e decide da indemnização, geralmente numa questão de semanas⁹. No quadro seguinte mostra-se a repartição dos 23 casos de doenças profissionais relacionadas com o amianto reconhecidos em 2004:

Diagnóstico	Número reconhecido	Sexo masculino/feminino	Idade	Exposição (anos)
Asbestose	4	3/1	43-69	3-34
Hialinose da pleura com deterioração da função pulmonar	12	4/8	55-79	2-38
Mesotelioma	3	2/1	45-64	16-22
Cancro do pulmão com asbestose ou hialinose da pleura	4	4/0	56-73	3-30

Estes valores parecem baixos, considerando que fontes oficiais estimam que ascendeu a 55000 o número de trabalhadores que estiveram profissionalmente expostos ao amianto na República Checa. Ainda subsistem casos de exposição entre aqueles que realizam trabalhos de remoção de amianto, demolição e construção.

⁸ A República Checa tem 10 milhões de habitantes; metade da população está em idade activa e cerca de 8% dela está sujeita a exposições profissionais perigosas. Actualmente, 276 trabalhadores estão expostos ao crisótilo e 97 a anfíbolos.

⁹ Na República Checa, o montante da indemnização por doenças profissionais depende da gravidade e da duração da doença; estão previstas prestações por dor e sofrimento, redução de capacidade, remunerações perdidas e custos de tratamentos. Um doente de mesotelioma pode esperar receber cerca de 4 000 euros.

Índia

O Registo Oncológico Nacional indiano não documenta casos de mesotelioma e o governo indiano não regista a incidência de doenças profissionais. Apenas 7% da força de trabalho indiana está organizada; a esmagadora maioria dos trabalhadores, nomeadamente no sector da construção civil, permanece invisível e sem voz. Os trabalhadores não recebem qualquer equipamento de protecção, respiratória ou outra, para se resguardarem dos riscos de exposição ao amianto. A governação deficiente na Índia, a corrupção e a influência política obtida através da distribuição de lucros da indústria do amianto combinam-se para criar um clima no qual prospera o consumo daquele mineral.

A indústria do fibrocimento, que possui um poderoso lóbi na Índia, convenceu figuras políticas a reduzir a carga fiscal sobre a importação do amianto. Consequentemente, as importações aumentaram quase 30%, passando das 76 095 toneladas em 1998-1999 para 98 884 toneladas, em 2002-2003. De acordo com a informação fornecida pelo Parlamento indiano:

- a Rússia, o Canadá e o Zimbabué asseguram 82% do amianto importado;
- a produção de fibrocimentos aumentou de 681 000 toneladas, em 1993-94, para 1 387 000 toneladas, em 2002-03;
- existem 32 fábricas de fibrocimento localizadas por toda a Índia; os estados com o maior número de instalações são: Maharashtra (9), Tamilnadu (6), Andra Pradexe (3) e Bengala Ocidental (2).

Lituânia

Em 1997, o número de trabalhadores que tinham estado expostos ao amianto na Lituânia foi calculado em 7 451, dos quais 42% trabalhavam no sector da construção civil. Outros em risco de contrair doenças profissionais relacionadas com o amianto incluíam 2787 trabalhadores das seguintes unidades:

- fábrica de produtos de construção de Daugeliai, que produziu chapas de fibrocimento entre 1956 e 1997;
- e a fábrica Cementas Akmenes, que fabricou chapas e canos de fibrocimento entre 1963 e 2001 (no caso das chapas) e 2004 (no caso dos canos).

Nos anos 90 e no início da década de 2000, estudos detectaram amianto em centrais eléctricas, em fábricas de máquinas e nas indústrias química, da construção e dos transportes. O reconhecimento das doenças relacionadas com o amianto evoluiu pouco na Lituânia. Embora tenham sido registados 125 casos de mesotelioma da pleura entre 1992 e 2001 e 1 300 novos casos de cancro do pulmão diagnosticados anualmente em pacientes do sexo masculino, não foi diagnosticado um único caso de doença profissional relacionado com o amianto ou indemnizado como tal. Existe uma lista de doenças, reconhecida pelo governo e que inclui doenças malignas e não malignas, cuja imputação à exposição a riscos no trabalho é aceite. O processo de avaliação e comunicação de doenças profissionais é rígido e burocratizado:

- um clínico geral, médico ou médico do trabalho deve informar do caso a inspecção regional do trabalho;
- é formada uma junta de três pessoas para investigar se ocorreu alguma exposição no local de trabalho;
- as conclusões da junta constituem a base para o juízo subsequente formulado por um médico do trabalho habilitado.

Ao longo do processo de concessão, os pacientes – muitos gravemente doentes – têm de comparecer em reuniões demoradas. Devido à natureza morosa e complexa do sistema, os médicos mostram pouco entusiasmo para propor casos. É exigida uma prova de nexos causal até a pessoas que trabalharam em sectores de alto risco, como o fibrocimento ou em profissões como o assentamento de isolamentos, e que foram afectadas por doenças específicas, como o mesotelioma ou o cancro do pulmão. A investigação na Lituânia indica que, anualmente, há pelo menos 50 casos de cancros do pulmão relacionados com o amianto, dos quais nenhum é reconhecido como profissional.

Turquia

A incidência de mesotelioma é elevada em Karain e Tuzkoy, aldeias da Capadócia, na Turquia, devido à presença e utilização de erionite natural. Salih Emri, da universidade de Hacettepe, em Ancara, realizou uma investigação para indagar se há outros factores, além das exposições ambientais perigosas, que expliquem o motivo pelo qual alguns aldeões contraem mesotelioma e outros, não. Ao longo de 30 meses, uma equipa de cientistas turcos e norte-americanos coligiu dados sobre regimes alimentares, ocupações, estilos de vida, históricos médicos e tabágicos de famílias nas localidades de Karain, de Tuzkoy e Karlik. A aplicação da técnica do mapeamento genético indicou uma susceptibilidade genética:

- a análise de uma genealogia aprofundada a seis gerações de 526 indivíduos demonstrou que o mesotelioma maligno da pleura era geneticamente transmitido;
- sugeriu-se que a transmissão vertical do mesotelioma maligno da pleura ocorre provavelmente de forma autossómica dominante.

Está a ser conduzida uma investigação mais aprofundada. A alegada ligação entre o vírus SV40 e os mesoteliomas não foi confirmada pela investigação na Turquia, que concluiu que o SV40 não era um cofactor no desenvolvimento dos casos turcos de mesotelioma.

Portugal

Na década de 80, as fábricas de amianto em Portugal empregavam 800 pessoas e o fibrocimento era um grande negócio. Para protegerem os seus interesses, os operadores do amianto formaram uma associação empresarial, a Associação das Indústrias de Produtos de Amianto Crisótilo, que pressionou o governo a adiar a introdução de restrições ao amianto, com os produtores a alegarem que o amianto crisótilo poderia ser utilizado com segurança em «condições controladas». Desde a aplicação das directivas europeias relativas ao

amianto, o sector tem vindo a substituir o amianto por alternativas mais seguras, como o álcool polivinílico (PVA) e a celulose.

Os dados sobre a incidência de doenças profissionais relacionadas com o amianto em Portugal apenas estão disponíveis para o período 1985-1993. Neste lapso de tempo, registaram-se 71 casos de doenças relacionadas com o amianto. Em 1992, registaram-se seis mortes por doenças deste tipo. Em 2003, o Ministério da Segurança Social deu conta de 161 casos de doenças relacionadas com o amianto, assim como muitos mais casos de complicações pulmonares devido à inalação de poeiras de amianto. O sistema de recolha e comparação de dados sobre a incidência de doenças relacionadas com o amianto é inadequado e é improvável que os números oficiais sejam rigorosos.

Brasil

A indústria do cloro dispõe de um poderoso lóbi no Brasil. Em 2004, oito empresas brasileiras produziram 1,2 milhões de toneladas de cloro e 1,3 milhões de toneladas de soda cáustica. Três empresas, que utilizam tecnologia de diafragma com amianto, são responsáveis por 72% da produção brasileira de cloro; em 2003, estas fábricas consumiram 128 toneladas de amianto nos seus diafragmas de amianto.

A inspectora industrial brasileira, Fernanda Giannasi, iniciou uma investigação das exposições perigosas no sector, mas foi-lhe solicitado por funcionários do Ministério do Trabalho que cessasse a sua investigação. Antes de o fazer, concluiu que os riscos de exposição profissional ao amianto no sector dos cloretos alcalinos são tão graves como noutros sectores em que, na Europa, foi proibida a utilização da substância.

Mais de 11% de todo o amianto provém do Brasil, que ultrapassou o Canadá como o quarto maior produtor mundial de crisótilo. O Brasil exporta 65% da sua produção anual de 252000 toneladas para a Tailândia, a Índia, a Indonésia, o Irão e outros países da América Latina. Para a sua posição hipócrita em relação ao amianto, o governo brasileiro tem-se inspirado no modelo canadiano: embora o Canadá sustente que o amianto pode ser utilizado com segurança em «condições controladas», exporta mais de 95% da respectiva produção. Conquanto o governo brasileiro tenha anunciado projectos para proibir o amianto em 2004, nada foi feito. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, têm dificuldade em tomar medidas contra uma indústria que conta com agentes tão poderosos. O Comité Científico da Toxicidade, da Ecotoxicidade e do Ambiente da União Europeia irá rever em breve a derrogação relativa ao amianto para a produção de cloro, tal como mandatado pela directiva comunitária de 1999, na qual se previa um reexame da excepção até 1 de Janeiro de 2008. O Comité tem de pôr termo à derrogação e, deste modo, enviar um sinal forte que incitará os governos nacionais e agências internacionais a proibir globalmente o amianto.

Cloro – um caso especial

Em 1999, quando a Directiva 99/77/CE proibiu a utilização de crisótilo a partir de 1 de Janeiro de 2005, havia uma excepção: a utilização de diafragmas de amianto para a produção de cloretos alcalinos em instalações existentes. O lóbi europeu do cloro, liderado pelo grupo empresarial Euro Chlor, argumentou que a indústria do cloro deve ser considerada «um caso especial» pelas seguintes razões:

- o risco de exposição ao amianto no sector seria muito reduzido;
- os diafragmas de amianto seriam produzidos num processo fechado *in loco* e não seriam colocados no mercado;
- seria necessário mais tempo para desenvolver alternativas satisfatórias; sem elas, existiria o risco de explosões.

Na verdade, os motivos da indústria eram puramente económicos. Embora já estivessem disponíveis alternativas adequadas, o objectivo principal da indústria era evitar os custos decorrentes da transição para a tecnologia sem amianto. Na Europa, 85 empresas produzem, por ano, 20 milhões de toneladas de cloretos alcalinos (cloro mais soda cáustica). A Alemanha é o maior produtor, assegurando 48,9% da produção europeia total. Desde 1997, o ritmo de supressão progressiva da utilização do amianto na produção europeia de cloro tem sido lento: em 1996, 24% da produção total recorria a diafragmas de amianto; em 2005, este valor tinha decrescido para 17,4%. Nove das empresas europeias que produzem cloretos alcalinos servem-se de tecnologia de diafragmas de amianto – três em França, duas na Alemanha, uma na Polónia, uma nos Países Baixos e uma na Noruega. Ao ritmo de substituição actual, demorará mais 24 anos para erradicar a utilização do amianto neste processo.

3. Exposição Profissional ao Amianto

A saúde e segurança de trabalhadores é muitas vezes secundária em relação aos lucros das empresas. Décadas de ganância empresarial tiveram efeitos catastróficos para as vidas de milhões de trabalhadores em todo o mundo. O presente capítulo centra-se nos níveis de exposição ao amianto no local de trabalho nos Países Baixos, na Espanha, na Bulgária e na Itália.

O deputado socialista Remi Poppe, dos **Países Baixos**, investiga há mais de 40 anos as exposições perigosas ao amianto. «Antes de o amianto ser proibido na Holanda, havia restrições ambientais severas ao trabalho com amianto crisótilo, mas, normalmente, eram ignoradas», afirma Poppe. No final dos anos 80, Poppe contactou com os habitantes de Goor, onde se situava uma fábrica de fibrocimento da Eternit. Foram eles quem lhe possibilitaram o acesso clandestino à fábrica. Foi então que observou pessoas a trabalhar em condições terríveis:

- o chão da fábrica estava coberto com detritos de amianto;
- caía amianto do tapete rolante;
- havia pessoas a varrer a seco os detritos de amianto do chão;
- o produto acabado era supostamente embalado a vácuo em sacos de plástico, mas era apenas metido na embalagem de plástico e, em seguida, comprimido e atado manualmente;
- o calor no interior da fábrica (era Agosto) fazia com que nenhum dos trabalhadores usasse vestuário de protecção.

Quando Poppe publicou um relatório que expunha estas conclusões, a empresa ameaçou processá-lo. O escândalo gerado por este incidente levou à proibição do amianto nos Países Baixos. «Se este tipo de ilegalidade empresarial é possível num país com legislação rigorosa em matéria de saúde e segurança, como será noutros sítios?», pergunta Poppe. «É tempo de proibir o amianto em todo o mundo. As Nações Unidas deveriam adoptar uma resolução a apelar ao encerramento global da indústria do amianto.»

Fugir às responsabilidades

Os pedidos de indemnização devido a placas pleurais representam 70% do total de processos relacionados com o amianto no Reino Unido. No passado, os tribunais concediam, a título provisório, aos doentes com placas pleurais entre 6000 e 7500 libras. Em 2005, uma decisão judicial reduziu estes pagamentos em cerca de 50%. Foi interposto recurso desta decisão para o Tribunal de Recurso. Outros desenvolvimentos que prejudicaram os direitos das vítimas foram, por exemplo, reestruturações empresariais, como a compra do «gigante do amianto» no Reino Unido, T&N PLC, pela empresa norte-americana Federal Mogul (FM). Três anos após a aquisição, a FM, inundada por pedidos de indemnizações relacionados com o amianto vindos dos EUA, abriu falência ao abrigo do capítulo 11 e a T&N passou a estar sob administração judicial. Nos quatro anos entretanto decorridos, morreram milhares de pessoas devido às lesões relacionadas com o amianto e

nem uma só vítima recebeu qualquer indemnização, uma vez que todas as acções judiciais foram suspensas por ordem do tribunal. A Cape PLC, anteriormente o segundo maior grupo de amianto do Reino Unido, também está a tentar limitar as suas responsabilidades com o amianto através da reestruturação empresarial. Em 2005, o projecto, anunciado pela empresa, de criar um fundo de indemnização de 40 milhões de libras foi recebido com cepticismo por grupos britânicos de vítimas do amianto. A resistência destes grupos e dos seus advogados conseguiu protelar as tentativas da Cape para impor as suas propostas através dos tribunais. Os grupos de queixosos procuram agora aconselhamento jurídico e financeiro para avaliar o valor e a viabilidade das propostas da Cape.

«Como se tudo isto não bastasse, as pessoas que sofrem de doenças relacionadas com o amianto por culpa de entidades patronais negligentes ainda se vêem confrontadas com a incerteza de saber se o segurador da entidade patronal pagará ou não as suas indemnizações.» Sally Moore, advogada

Espanha

Nas décadas anteriores à proibição do amianto em Espanha, 140 000 trabalhadores foram expostos a uma mistura de crocidolite, amosite e crisótilo (2001)¹⁰ e, durante este período, foram importados mais de dois milhões de toneladas de amianto crisótilo¹¹. Segundo o Centro Nacional de Epidemiologia (Espanha), a taxa de mortalidade por amianto subiu 90% – de 419 vítimas em 1992 para 795 em 2002¹².

A experiência espanhola com o amianto segue a de outros países, com muitos dos progressos alcançados a resultarem da coordenação de actividades efectuada por vítimas e sindicatos. A *Confederación Sindical de Comisiones Obreras* (CCOO), um dos maiores sindicatos da Espanha, está a trabalhar com outras partes interessadas, incluindo o Comité de Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho da UE, para levar a bom porto os seguintes projectos em Espanha:

- a criação de um programa de fiscalização sanitária para trabalhadores em risco;
- a instituição de um registo nacional do mesotelioma e de um programa de apoio psicológico e social às vítimas do amianto;
- investigação epidemiológica em áreas sensíveis com ligação ao amianto;
- legislação para permitir a reforma antecipada de trabalhadores expostos ao amianto;
- a criação de um fundo nacional e de procedimentos de indemnização que reconheçam a origem profissional de lesões provocadas pelo amianto;

¹⁰ A utilização e colocação no mercado de crocidolite tinham sido proibidas em 1984.

¹¹ No presente relatório, o termo «tonelada» refere-se geralmente a uma tonelada métrica (em dados mais antigos, a referência poderá ser a uma tonelada inglesa, que é cerca de 2% mais pesada). Sempre que um interveniente tenha indicado explicitamente toneladas métricas, é usado o termo «toneladas».

¹² A repartição das 795 mortes por amianto é a seguinte: 259 de cancro do peritoneu, 210 de cancro da pleura, 196 de cancro dos pulmões e 130 de outras causas.

- a adopção de um protocolo nacional para proteger a população espanhola do amianto oculto em infra-estruturas; vistorias obrigatórias de amianto em edifícios e estruturas.

Bulgária

Na Bulgária, não há controlo sistemático dos trabalhadores expostos ao amianto. Apesar das medidas tomadas pelo governo para reduzir as exposições perigosas à substância, um inquérito realizado há cinco anos determinou que 4400 trabalhadores ainda estavam profissionalmente expostos ao amianto e que a consciência dos seus perigos era baixa entre entidades patronais e trabalhadores.

De acordo com Svetla Karova, da Confederação dos Sindicatos Independentes (Bulgária)¹³, entre as décadas de 70 e 90, foram produzidas ou processadas na Bulgária 40 000 toneladas de crisótilo e antofilite. Além disso, foram importadas milhares de toneladas de produtos com amianto para utilização na construção, em produção de energia, nos transportes e outras indústrias. A incidência de doenças relacionadas com o amianto comunicadas entre 1980 e 2000 totaliza 887 casos, incluindo 45 de mesotelioma maligno da pleura. Embora o número de mesoteliomas quase tenha triplicado, passando de seis em 1991 para 16 em 1997, muitos casos permanecem indetectados devido aos procedimentos ineficazes de recolha de dados.

Arcar com os custos da indústria

Estima-se que o montante total gasto no Reino Unido para tratar o mesotelioma durante o período de 1990 a 1999 tenha sido de 471 019 000 libras. Estes custos foram suportados pelos contribuintes e não pelas empresas do amianto, que lucraram com a venda de produtos contendo este mineral. Os produtores globais de amianto só puderam lucrar com o seu comércio mortal mediante a externalização dos custos dos cuidados de saúde e tratamento das suas vítimas. Quando estes custos são integrados nos orçamentos, a produção e a utilização do amianto tornam-se inviáveis.

Itália

Os números oficiais mostram que, a partir de Março de 2005, o Estado italiano tinha reconhecido 128 000 pedidos por doenças profissionais relacionadas com o amianto entre queixosos cujas exposições remontavam a mais de uma década. Segundo o sindicalista italiano Riccardo Ferretti, a gestão de produtos do amianto, presentes em muitos edifícios públicos, incluindo escolas e hospitais, é inadequada e os procedimentos de remoção de amianto e descontaminação antes da demolição não observam normas aceitáveis. Mesmo depois da proibição do amianto em Itália, em 1992, o mineral continua a causar problemas no país. A legislação sobre o amianto é aplicada apenas parcialmente e a protecção dos trabalhadores continua a ser inadequada.

¹³ Trata-se do maior sindicato da Bulgária.

4. Exposição ambiental ao amianto

O amianto não afecta apenas a saúde e segurança de quantos estão directamente expostos a ele no local de trabalho – é também fonte de poluição aérea e ambiental generalizada, afectando grandes segmentos da população. O presente capítulo centra-se na investigação realizada na Polónia, em Chipre, na Itália e na Ucrânia.

Polónia

O estudo *A exposição ambiental ao amianto na Polónia*, da doutora Neonila Szeszenia-Dabrowska, uma especialista em amianto do Instituto de Saúde Ocupacional de Nofer, na Polónia, expõe as características específicas da poluição ambiental pelo amianto:

- efeitos ilimitados – as fibras de amianto são praticamente indestrutíveis;
- risco contínuo – durante a degradação de materiais que contenham amianto, como produtos de fibrocimento e isolantes, são libertadas continuamente fibras mortais;
- a multiplicidade das fontes de amianto e a concentração variável de fibras de amianto no ar ambiente.

A exposição ambiental às poeiras de amianto aumenta o risco de cancro do pulmão e pode igualmente causar mesotelioma e lesões não malignas da pleura. Para quantificar o risco sanitário para a população, é essencial considerar os seguintes factores:

- a acumulação nos pulmões de fibras de amianto respiráveis do ar ambiente ao longo da vida de um indivíduo;
- os longos períodos de latência das doenças relacionadas com o amianto (20-40 anos) e do facto de uma dessas doenças se poder desenvolver muito tempo depois de a exposição perigosa ter cessado;
- e o facto de as exposições ambientais de curta duração a elevadas concentrações de amianto ou de o contacto prolongado com baixas concentrações de amianto poderem causar mesotelioma.

Na ausência de um registo exaustivo das concentrações ambientes de amianto, constituem informação essencial para uma avaliação rigorosa do risco os seguintes aspectos:

- a quantidade de amianto e de materiais que contêm amianto importada para um determinado país;
- quantidade de amianto bruto utilizado em unidades de processamento de amianto;
- consumo anual de amianto bruto por habitante;
- a quantidade e o estado dos produtos que contêm amianto num determinado país, bem como a quantidade de resíduos de amianto e contaminados com amianto.

A Polónia importou dois milhões de toneladas de amianto, das quais 90% eram crisótilo da ex-União Soviética e 10% eram crocidolite da República da África do Sul. Calcula-se que há 15,5 milhões de toneladas de materiais que contêm amianto em edifícios polacos. A

produção de produtos de fibrocimento em fábricas polacas entre 1946 e 1993 absorveu 1,4 milhões de toneladas de amianto, incluindo 86 000 toneladas de crocidolite. Verificam-se diferenças pronunciadas na incidência regional de doenças relacionadas com o amianto na Polónia, em correlação com a localização dos antigos locais de processamento do mineral:

«As unidades industriais que fabricavam produtos de fibrocimento estavam na origem de uma poluição atmosférica considerável; o ar nas imediações dessas unidades registava concentrações consideráveis de fibras de amianto. A armazenagem de resíduos de amianto e as tentativas imprudentes das populações locais para reutilizar artigos contaminados com amianto “a bem da economia” constituem um problema de saúde grave», afirma Neonila Szeszenia-Dabrowska.

Precipitação de amianto numa localidade polaca

O fabrico de fibrocimento na Polónia concentra-se nas províncias orientais, nomeadamente em Podlaskie, Lubelskie, Mazowieckie e Swietokrzyskie. Szczucin, uma pequena cidade no sudeste da Polónia, é uma zona sensível do amianto. Tendo acolhido uma grande fábrica de fibrocimento, que consumiu quantidades maciças de crocidolite, os habitantes e o ambiente foram contaminados. A análise das medições demonstra que mais de metade (55%) dos habitantes do município se encontram ambientalmente expostos a elevadas concentrações de fibras de amianto, ou seja, mais de 10f/l. Entre 1987 e 2003, foram registados 55 casos de mesotelioma da pleura – 28 entre os trabalhadores da fábrica de Szczucin (exposição profissional e ambiental) e 27 entre os habitantes de Szczucin (exposição ambiental). A incidência de mesotelioma da pleura entre os habitantes no período 2000-2003 era 125 vezes superior à da população polaca em geral.

Chipre

Em 1980, a saúde de 8% da população que vivia na proximidade de minas de amianto crisótilo em Chipre foi afectada por doenças relacionadas com o amianto. No período entre 1990 e 1995, 30% das mortes nesta área deviam-se a doenças relacionadas com o amianto, como mesotelioma, asbestose e cancro do pulmão. Actualmente, o maior problema é a área perto das minas onde se foi acumulando entulho. Seguiu-se um debate sobre se o amianto devia ser removido das casas, mas não havia alternativas disponíveis para realojar os residentes. Em 2002, um inquérito identificou em Chipre 110 edifícios do Estado que continham materiais com amianto. O governo elaborou um plano de acção, que previa:

- a remoção gradual de telhas de amianto em escolas e edifícios estatais;
- a utilização de minas de amianto desactivadas para eliminar com segurança os resíduos de amianto;
- a remoção de condutas em amianto do sistema de abastecimento de água.

Três anos mais tarde, pouco tinha sido feito. Além disso, a escassez de locais para a eliminação do amianto em Chipre levou a uma deposição descontrolada de resíduos da substância. A campanha contra o amianto exige o seguinte:

- a remoção e a eliminação seguras e imediatas de materiais com amianto de edifícios públicos e do sistema de abastecimento de água;
- a criação e a gestão segura de locais regulamentados para a eliminação de resíduos de amianto;
- a introdução imediata de vistorias de amianto obrigatórias em edifícios públicos e privados;
- a realização de uma campanha de sensibilização do público;
- legislação mais rigorosa para minimizar as exposições perigosas ao amianto.

Itália

A Associação Italiana das Pessoas Expostas ao Amianto sustenta que a exposição ambiental ao amianto é um problema crescente em Itália. Este dado pode parecer surpreendente, se se considerar que o amianto está proibido no país desde 1992. Contudo, a presença de 34 milhões de toneladas de amianto em Itália continua a representar um perigo claro e real para o público e os trabalhadores.

Não está prevista qualquer indemnização para vítimas de exposição ambiental ao amianto. A associação tem exercido pressão junto de políticos para a criação de um fundo que indemnizaria estas vítimas. Os dados do registo nacional de mesotelioma mostram que, em 2001, 4% (88 em 3446) dos casos desta doença eram devidos a exposição ambiental. Além disso, a esmagadora maioria dos cancros provocados por amianto é contraída através de exposições profissionais.

"A UE deveria ajudar os novos Estados-Membros a lidar com os seus legados de amianto, financiando as verbas necessárias para quantificar o problema e promover iniciativas ligadas nomeadamente à investigação epidemiológica." Vittorio Agnoletto, PRC, Itália

Ucrânia

Dmytro Skrylnikov, da Associação de Direito do Ambiente da ECO/NEI¹⁴, em Lviv, na Ucrânia, confirma que o amianto continua a ser utilizado na Ucrânia. Actualmente, 4000 trabalhadores em 10 fábricas processam 110 000 toneladas de crisótilo russo e cazaque para produzir materiais que contêm amianto, daqui resultando um volume de negócios anual de 828 000 euros. Um dos principais produtos de amianto da Ucrânia é a ardósia para telhas que é amplamente utilizada, sobretudo em zonas rurais. Como a importação de produtos de amianto é agora proibida na UE, alguns produtores estão a mudar para a tecnologia sem amianto. Nos últimos anos, a produção de materiais de amianto para telhados diminuiu por 6-7% ao ano. Contudo, na Ucrânia, não há uma política do governo para o amianto e nenhuma coordenação entre os vários ministérios e instituições. Consequentemente, alguns

¹⁴ ECO/NEI: Europa Central e Oriental e Novos Estados Independentes.

políticos têm vindo a propugnar por uma harmonização da legislação nacional com a da UE, que incluiria as directivas relativas ao amianto, enquanto outros avançam para a política defendida pela indústria do amianto e pelo governo russo, baseada no argumento da «utilização controlada».

Em 2004, o delegado da Ucrânia foi um dos 11 representantes nacionais que se opuseram à inclusão do crisótilo na lista de substâncias sujeitas ao PIC da Convenção da Roterdão. Após a reunião, o delegado da Ucrânia, também director do Instituto de Saúde Ocupacional, disse aos jornalistas:

- a Ucrânia defendeu o seu direito a utilizar o amianto!
- A Ucrânia provou à UE que o amianto crisótilo é inócuo e pode utilizar-se com segurança.

Em Maio de 2005, o Banco Mundial acordou a concessão de um empréstimo de 71,9 milhões de euros para um programa que garanta *a igualdade de acesso a ensino de qualidade na Ucrânia*. As cláusulas deste empréstimo salientam os problemas colocados pela presença de materiais de amianto em escolas ucranianas e poderiam, de acordo com Skrylnikov, desencadear um processo conducente à proibição nacional do mineral:

«Dado que muitos edifícios escolares na Ucrânia foram construídos durante o regime soviético e têm telhados com materiais de amianto, a sua reabilitação no âmbito do projecto exigirá a remoção e a eliminação seguras desses materiais. O Ministério da Educação irá preparar um plano de gestão ambiental, em consulta com os principais intervenientes, que preverá determinadas medidas, nomeadamente:

- (i) na reabilitação das escolas, não serão utilizados nenhuns materiais com amianto;
- (ii) o amianto será eliminado de forma adequada, nos termos da lei e observando práticas de eliminação geralmente aceites;
- (iii) não será utilizada nenhuma tinta à base de chumbo;
- (iv) e os ruídos de construção serão fixados num mínimo aceitável para a comunidade envolvente.

Os construtores civis serão instados a reger-se pelo plano de gestão ambiental, que fará parte do formulário de candidatura normalizado.»

Spodden Valley

O grupo cívico da campanha «Save Spodden Valley» foi criado com o intuito de alertar para os problemas resultantes da contaminação de 36 hectares que foram propriedade da empresa Turner Brothers Asbestos (TBA) em Rochdale, no Reino Unido. Na década de 70 do século XIX, este foi o local de nascimento da moderna indústria têxtil do amianto; durante perto de 30 anos, foi a sede geral do maior grupo de amianto do Reino Unido, Turner & Newall (T&N), assim como do Conselho de Investigação da Asbestose. O processamento pela TBA de centenas de milhares de toneladas de fibras de amianto sujeitou tanto trabalhadores como a população local a níveis elevados de exposições perigosas. Um documento da empresa, de 1957, confirmou este aspecto:

«Actualmente, a fábrica de Rochdale emprega 2 200 pessoas, 1390 das quais em “sectores programados”, ou seja, sectores abrangidos pelos regulamentos. O peso total das poeiras (de amianto) recuperadas nas salas de filtro é de cerca de 6803,9 quilos, despejados como resíduos na totalidade.»

A poluição do local era sobejamente conhecida. Os seus anteriores proprietários consideraram-no como «um activo de valor duvidoso, provavelmente até um passivo.» Os habitantes que tinham trabalhado na fábrica confirmaram a existência de lixeiras de amianto, onde poderiam estar acumuladas dezenas de milhares de toneladas de resíduos da substância. Em Abril de 2004, promotores imobiliários compraram o local e começaram a abater as árvores em torno dos edifícios que ainda restavam da fábrica. A aparente incúria relativamente ao estatuto de sítio contaminado e as potenciais repercussões das acções dos promotores assustaram a comunidade local: teve então início a campanha «Save Spodden Valley».

Jason Addy, um membro fundador, resume as preocupações principais dos militantes do seguinte modo:

1. a presença de amianto em lixeiras na propriedade e nas estruturas fabris remanescentes;
2. o potencial de contaminação das fontes de água locais – pontas contaminadas com amianto nas margens do rio Spodden, resíduos de amianto atirados para minas de carvão desactivadas e sujeitas a inundações;
3. a movimentação no solo e em edifícios contaminados poderia gerar níveis significativos de poluição aérea com amianto.

«A menos que estes locais sejam devidamente avaliados e descontaminados, as gerações futuras serão alvo de exposições perigosas que já afectaram a saúde e as vidas de tanta gente. Os planos dos proprietários para construir mais de 600 casas e um jardim de infância num sítio que não foi devidamente avaliado são, no mínimo, pouco sensatos. Mais uma morte de cancro provocado pelo amianto neste local será sempre uma morte a mais. O Vale deve ser tratado com o máximo respeito. Qualquer iniciativa de promoção imobiliária deve ser proibida até se realizar uma investigação pública exaustiva.» Jason Addy

Os acontecimentos de Rochdale têm uma importância mais vasta. Existe uma pressão enorme no Reino Unido, e não só, para a promoção, com fins residenciais, de antigas zonas industriais.

O amianto e a legislação comunitária sobre as substâncias químicas - REACH

A utilização do amianto encontra-se actualmente restringida na UE através de legislação específica e a nova política das substâncias químicas na União Europeia, designada por REACH (Registo, Avaliação e Autorização das Substâncias Químicas), abrangerá apenas parcialmente o amianto. Não deverão ser apresentados novos pedidos importantes. O REACH foi concebido para dominar a indústria química, uma vez que, relativamente à maioria das substâncias químicas mais comuns, a informação em matéria de segurança ou ambiental disponível é insuficiente ou nula; existe uma inquietação cada vez maior de que este facto esteja relacionado com o aumento da incidência do cancro, das alergias, das malformações congénitas e da redução da fertilidade nas últimas décadas.

A característica mais inovadora do REACH é o procedimento de registo que requer o registo pelos fabricantes das substâncias químicas normalmente mais produzidas. Para cada substância, o fabricante deve organizar um dossier informativo sobre as suas propriedades físico-químicas, toxicológicas e eco-toxicológicas, e a sua utilização. Este dossier é enviado à Agência Europeia dos Produtos Químicos e o seu conteúdo deve ser utilizado pela indústria para definir e aplicar medidas de gestão do risco ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Todavia, com as alterações introduzidas na proposta da Comissão pelo Parlamento Europeu e o Conselho, o amianto ficou fora do âmbito da legislação: na versão alterada do REACH, não é obrigatório registar os minerais perigosos. Aplicam-se unicamente as disposições do REACH em matéria de autorização e restrição.

Com a introdução das referidas alterações na proposta, o REACH não poderá ser eficaz enquanto sistema de alerta precoce para os “futuros casos de amianto”. Ao isentar os minerais perigosos da obrigação de registo, os riscos gerados pela utilização do amianto não poderão ser identificados mais precocemente ou de uma forma diferente daquela utilizada no passado. A proposta relativa ao REACH será finalizada pelo Parlamento Europeu e o Conselho até à Primavera de 2007.

5. A dimensão humana das doenças provocadas pelo amianto

A realidade do flagelo que representa o amianto espelha-se nas centenas de milhares de famílias e comunidades enlutadas na UE. Cada morte provocada pelo amianto é uma morte evitável. O presente capítulo apresenta a história de algumas das vítimas inocentes do amianto.

Táticas de desresponsabilização e de defesa por parte das empresas

A luta desenvolvida pelas vítimas do amianto e seus familiares para obterem indemnizações é um combate constante; evoluções recentes mostram a intransigência crescente dos arguidos que, perante a escalada no Reino Unido de mortes provocadas pelo amianto, decidiram organizar a resistência coordenada nos tribunais e nos meios de comunicação social para escamotear os direitos das vítimas do amianto. Seguradoras e arguidos colaboraram numa estratégia no âmbito do processo Fairchild, alegando que, caso não pudesse ser cientificamente provado que as fibras de amianto tinham provocado o mesotelioma do queixoso, não seria possível responsabilizar o arguido. Felizmente, a Câmara dos Lordes do Reino Unido decidiu, em 2002, que os queixosos que se tivessem encontrado expostos ao amianto, aumentando o risco de mesotelioma, tinham direito a exigir que todos os danos causados fossem indemnizados pelo arguido negligente que restasse. No seguimento do processo Fairchild, um relatório (2004) estimou que, no Reino Unido, nas próximas três décadas, poderiam registar-se mais de 200 000 pedidos de indemnização relacionados com o amianto, orçando entre 8 e 20 mil milhões de libras; estas previsões impulsionaram a procura de novas táticas de defesa. No processo Barker, que será ouvido na Câmara dos Lordes, em 2006, os arguidos irão defender-se apresentando como argumento que nos casos em que a indemnização é repartida entre diferentes entidades patronais, cada uma deveria pagar apenas a sua parte dos danos. Se os arguidos obtiverem um juízo favorável, essa decisão terá um «efeito profundo na concessão de indemnizações às vítimas de mesotelioma».

França: uma irmã luta por justiça

A família de Nicole Voide habitava a 100 metros de fábrica de amianto CMMP, em Aulnay-Sous-Bois;¹⁵; a escola local, que frequentara juntamente com o irmão, distava 50 metros da fábrica. Em 1995, ao irmão de Nicole Voide foi diagnosticado mesotelioma. Nessa ocasião, foram feitas tentativas para descobrir a fonte da exposição; ninguém estabeleceu o nexo entre a ocorrência da doença e a fábrica que encerrara alguns anos antes.

Após uma investigação profunda da história profissional do irmão de Nicole Voide, foram encontrados documentos estabelecendo, sem qualquer dúvida, que nas instalações da CMMP fora transformado amianto. Motivada pela promessa que fizera ao irmão de que tentaria obter justiça, Nicole Voide continuou a sua investigação, tendo dado conta de outras 50 mortes entre os habitantes que tinham vivido ou estudado num raio de 500 metros

¹⁵ CMMP: Comptoir des Minéraux et Matières Premières.

da fábrica. Em 2000, realizou-se uma reunião pública; os organizadores esperavam cerca de 20 pessoas e depararam-se com uma assistência de 100. Sessenta voluntários decidiram votar a criação de uma nova entidade, o Colectivo de Residentes e Vítimas do CMMP,¹⁶ para dinamizar campanhas pela descontaminação das instalações abandonadas. Em 2005, o Colectivo, agora com 200 membros, juntamente com quatro outras entidades manifestaram-se em frente à fábrica para exigir que a empresa descontaminasse o local¹⁷. Na sua intervenção na conferência sobre o amianto organizada pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL), Nicole Voide referiu os quatro escândalos ligados ao amianto em Aulnay-Sous-Bois:

1. a construção de uma fábrica de amianto CMMP a 50 metros de uma creche e da escola primária, no centro da cidade, quando as autoridades públicas tinham conhecimento de que o amianto era uma substância perigosa;
2. a violação pela empresa da legislação sanitária francesa;
3. o fiasco das autoridades locais na protecção dos residentes, dos alunos e do ambiente;
4. a actual incapacidade da administração local para descontaminar as instalações.

Bélgica: sob a espada de Dâmocles

A família de Xavier Jonckheere foi dizimada pelo amianto. O pai de Xavier, que trabalhava com amianto, morreu em 1987 de mesotelioma; a mãe faleceu da mesma doença em 2000. A residência familiar situava-se a 200 metros da fábrica local Eternit em Kappelle-op-den-Bos, Bélgica. Em consequência da exposição ao amianto, um dos quatro irmãos de Xavier morreu igualmente de mesotelioma; tinha 43 anos e era pai de três crianças.

O sentimento de injustiça sentido pela família é tremendo e os irmãos sobreviventes vivem sob a espada de Dâmocles, sem saberem quando ou se lhes calhará a vez. Para a família, o governo belga permitiu estas exposições e tem a obrigação de auxiliar as vítimas e os familiares enlutados.

Harmignies

Em Harmignies, Bélgica, cidade natal de Michel Vernier (sofre de asbestose e é membro fundador do grupo de vítimas do amianto da Bélgica), a precipitação de amianto proveniente da fábrica Fabrecim Coverit, uma subsidiária da Eternit, provocou mais de 100 mortes, sofrendo muitas mais pessoas de problemas de saúde devido à exposição ao amianto; antigos trabalhadores e residentes locais foram afectados pelo passado industrial da cidade, não se avistando fim a esta crise de saúde pública que, em Harmignies, é apenas um exemplo dos graves problemas que subsistem mesmo após a proibição de amianto que a UE aplicou em 2005.

¹⁶ Nome francês do grupo: Le Collectif des Riverains et Victimes du CMMP.

¹⁷ Outros grupos presentes na manifestação de protesto representavam os pais de crianças de escolas locais, *Ban Asbestos France*, um grupo de vítimas locais do amianto e uma associação ecológica.

Reino Unido: melhorar a vida das vítimas

Em Julho de 2005, nove grupos de vítimas do amianto do Norte da Inglaterra e País de Gales constituíram um organismo de campanha, o Fórum dos Grupos de Apoio às Vítimas do Amianto (designado «Fórum»). Se bem que o impulso para a formação deste organismo tenha partido de uma proposta da Cape PLC (antiga Cape Asbestos), em relação à qual os grupos se mostravam justificadamente cépticos, o objectivo do Fórum transcendia este aspecto. Os membros do Fórum pretendiam melhorar a gama de serviços e de consultoria facultados às vítimas, criando oportunidades para que estas pudessem partilhar experiências e apoiar-se mutuamente. O Fórum trabalha com a subcomissão parlamentar «Amianto» para dar relevo às questões que afectam a vida quotidiana das vítimas do amianto e suas famílias.

«Uma das grandes preocupações tanto do Fórum como da subcomissão parlamentar «Amianto» é a injustiça vivida pelas vítimas do amianto nos seus contactos com o nosso sistema de segurança social. Este sistema impede as vítimas de cancro do pulmão relacionado com o amianto de usufruírem dos seus direitos devido a critérios draconianos, do que resulta que a maior parte das vítimas não pode apresentar pedidos de indemnização. Os novos critérios parecem, no melhor dos casos, manter o *status quo* e no pior reduzir o número de requerentes.» John Flanagan, do Grupo de Apoio às Vítimas do Amianto de Merseyside and District

Se bem que, devido ao aumento dramático da incidência de mortes provocadas por mesotelioma no Reino Unido, a pesquisa médica devesse constituir uma prioridade do governo – verificam-se actualmente cerca de 2 000 mortes anuais provocadas por mesotelioma no país – no período de 2000-2004 nem o governo nem a União Europeia atribuíram quaisquer fundos para a investigação britânica no âmbito do mesotelioma. O pouco que foi concedido aos investigadores nesta matéria, durante o período, veio de organizações caritativas, totalizando apenas 1,2 milhões de euros. Se estimarmos os custos básicos da investigação laboratorial em 160 mil euros anuais, por funcionário, é notório que os fundos atribuídos à investigação são lamentavelmente inadequados. Um gráfico do Instituto Nacional de Investigação Oncológica mostrava que, embora a incidência do cancro do pulmão (que inclui o mesotelioma) fosse de 14% de todos os tipos de cancro, em 2000, o total atribuído à investigação do cancro do pulmão constituía apenas 4% do orçamento da investigação oncológica.

Outra questão que afecta os doentes de mesotelioma no Reino Unido é a relutância do sistema nacional de saúde em aprovar a utilização do medicamento ALIMTA. Embora este seja o único medicamento autorizado para o tratamento de mesotelioma no Reino Unido, encontrando-se facilmente disponível nos Estados Unidos e no resto da Europa, continua indisponível na maior parte dos centros na Inglaterra. É inqualificável que o único medicamento autorizado para o mesotelioma, que comprovadamente pode beneficiar até 30% dos doentes, não seja prescrito correntemente, afirma Astero Klabasta. O medicamento segue actualmente os trâmites burocráticos exigidos pelo *National Institute of Clinical Excellence*. Não se prevê qualquer decisão antes do Outono de 2006.

«O mesotelioma é uma doença muito grave e o tempo escasseia. Estão a morrer pessoas e nós precisamos de melhorar a taxa de sobrevivência. É inqualificável e ridículo afirmar que o período de sobrevivência de uma pessoa a quem foi diagnosticado o mesotelioma seja de um ano. Como cientistas, não podemos aceitar essa afirmação e estamos a tentar tudo quanto é possível mas precisamos de mais financiamento para investigação actualizada e mais colegas que se dediquem à investigação desta doença. E urge que os governos nacionais e a União Europeia pensem seriamente em acelerar questões como a aprovação de medicamentos, de modo a que possamos testar os medicamentos e terapias experimentais nos doentes, sem longas esperas.» Astero Klabatsa, da *Bart's Mesothelioma Research Unit* do Hospital *Bart's and London*

«A experiência britânica demonstra que quando as vítimas do amianto e quem os representa juntam recursos e mobilizam pressão política constituem uma oposição formidável para derrotar as práticas crapulosas das empresas. Agudiza-se a consciência do calvário que vivem as vítimas do amianto; em todo o mundo se criam grupos de apoio às vítimas do amianto, como no Japão, na Argentina e nas Filipinas. É necessário que todos - vítimas, representantes das vítimas, sindicalistas, cientistas e advogados - trabalhem juntos. E é necessário que a União Europeia arrume a casa. A realocização da James Hardie da Austrália para os Países Baixos, para se furtar às responsabilidades provocadas pelo amianto, é tão transparente quanto desprezível. A União Europeia não deve albergar dinheiro sujo. Além disso, a UE deve garantir que as empresas comunitárias não intervenham em operações com amianto fora da Europa. Deveriam existir sanções para punir quem o faça.» Sally Moore

6. Situações dos países: evoluções actuais e problemas específicos

No decurso da mesa redonda de três horas, no âmbito da Conferência Europeia do Amianto (co-organizada pelo grupo GUE/NGL), em 23 de Setembro de 2005, médicos, activistas políticos, sindicalistas, apoiantes das vítimas e representantes das ONG de novos e antigos Estados-Membros da União Europeia sintetizaram as evoluções recentes de problemas específicos com que se confrontaram. Foram apresentadas várias actualizações referentes aos países, seguidas de um vasto debate, incluindo contributos de muitos delegados à conferência.

Lituânia

Complementando a sua apresentação anterior, a **Dra. Ruta Everatt** explicou que os primeiros diplomas nacionais sobre a produção e a utilização de amianto foram aprovados em 1998; em 1999 começaram as medições de contaminação do ar pelo amianto. Desde 2000, têm sido tomadas medidas para eliminar gradualmente a utilização do amianto, tendo sido proibidos determinados produtos:

- a partir de 1 de Janeiro de 2001, a importação, produção e utilização de chapas de fibrocimento, onduladas e lisas, em construções residenciais e edifícios públicos;
- a partir de 1 de Janeiro de 2002, a utilização de chapas de fibrocimento, onduladas e lisas, em todos os novos edifícios, bem como a importação e a produção de fibras e materiais processados de amianto, excepto se destinados à aviação civil.
- a partir de 1 de Janeiro de 2003, a utilização de fibras e materiais processados de amianto, excepto os destinados à aviação civil;
- a partir de 1 de Janeiro de 2004, a importação de amianto e a produção de tubos de fibrocimento.

Nos termos da Norma HN 36:2002: *Substâncias Proibidas e Submetidas a Restrição* e do decreto governamental *Restrição à Importação, Produção e Utilização de Amianto e Produtos contendo Amianto*, foi aplicada, em 2004, uma proibição nacional sobre o amianto.

As diligências mais recentes para minimizar as exposições ao amianto, na Lituânia, decorrem da transposição da legislação comunitária sobre esta matéria. O *Regulamento relativo ao Trabalho com Amianto*, que entrou em vigor em 1 de Julho de 2005, foi preparado em conformidade com as Directivas 80/1107/CEE, 83/477/CEE e 91/382/CEE do Conselho. Segundo a Dra. Ruta Everatt:

«Este diploma fixa requisitos para todos os campos de actividade associados ao amianto: transporte, armazenagem, trabalhos de demolição e de reparação, remoção de resíduos, protecção, cuidados sanitários e formação especial a facultar aos

trabalhadores, rotulagem, etc. Antes de se iniciar qualquer actividade associada ao amianto, tal como obras de demolição ou de remoção do amianto, há que avaliar a exposição para determinar o grau e a natureza da exposição dos trabalhadores. Exige-se à entidade patronal que notifique a inspecção do trabalho sobre estas actividades. O diploma diminuiu os valores-limite do amianto para $0,1f/cm^3$, devendo ser medidas com regularidade as concentrações na atmosfera do local de trabalho. O estado de saúde dos trabalhadores deve ser avaliado antes da exposição e, em seguida, regularmente durante o período de exposição, com base em radiografias anuais e avaliação da função respiratória. Não se realiza qualquer inquérito médico uma vez concluída a exposição.»

Têm sido comunicadas várias dificuldades na aplicação destes diplomas, pelo que as exposições perigosas ao amianto no local de trabalho e no ambiente são «ainda bastante comuns».

"O amianto é um problema do presente e do futuro, não apenas do passado." Bairbre de Brún, Sinn Féin, Irlanda

Bulgária

A sindicalista **Svetla Karova** descreveu os esforços realizados para gerir a herança búlgara em matéria de amianto. A campanha, iniciada em 2000 pela Inspecção-Geral do Trabalho, tinha por objectivo alcançar um consenso quanto à eliminação gradual do amianto e dos produtos do amianto. O programa foi debatido num seminário nacional tripartido, em 2001, e levado por diante como parte do Plano de Acção Nacional do Ambiente e da Saúde, tutelado pelo Ministério da Saúde. A legislação aprovada incluía:

- Portaria n.º 1, de 27 de Fevereiro de 2003, relativa à protecção dos trabalhadores contra riscos relacionados com a exposição ao amianto no local de trabalho¹⁸;
- Portaria n.º 5, de 15 de Abril de 2003, relativa à prevenção e à diminuição da poluição do amianto no ambiente¹⁹;
- Portaria relativa a substâncias, preparações e produtos químicos perigosos, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2003;
- Portaria relativa à importação e à exportação de substâncias químicas perigosas, em vigor desde 2004.

Se bem que desde 1 de Janeiro de 2005 tenham sido proibidas a importação, a produção e a utilização de fibras de amianto e de todos os tipos de produtos contendo amianto, «a perigosa influência do amianto permanecerá nos anos vindouros devido ao recrutamento de

¹⁸ Este diploma transpõe a Directiva 83/477/CEE do Conselho alterada pela Directiva 91/382/CEE e a Directiva 98/24/CEE do Conselho referentes à prevenção de riscos sanitários durante o trabalho com amianto e materiais que contenham amianto.

¹⁹ Este acto transpõe a Directiva 87/217/CEE do Conselho.

muitos trabalhadores para actividades de risco.» Foram propostas técnicas para tentar reduzir o perigo que representa o amianto, incluindo:

- a realização de auditorias para elaborar registos de edifícios com amianto;
- o acompanhamento sanitário dos trabalhadores que lidam com o amianto;
- o registo de indivíduos que tenham sido expostos ao amianto durante o trabalho;
- o controlo da eliminação de resíduos de amianto e a gestão de aterros de resíduos perigosos.

Chipre

No seguimento da campanha de 2002 de sensibilização quanto à questão do amianto, em Chipre, surgiram vários novos problemas, afirmou **Efi Xanthou**. Não são viáveis os planos do governo no sentido de utilizar as minas de amianto desactivadas como depósitos para resíduos desse material. Verificou-se que o acordo com as autoridades locais para armazenar 30 contentores de resíduos de amianto nas instalações das minas subestimavam lamentavelmente a escala dos resíduos gerados pela descontaminação dos edifícios em Chipre. Hoje em dia, quando o amianto é removido, não existe um local oficialmente aprovado para a sua deposição. Como consequência, tem-se verificado um aumento do *dumping* descontrolado de materiais contaminados com amianto. As estimativas governamentais continuam a minimizar a envergadura do problema; um inquérito de 2005 às residências contaminadas com amianto em campos de refugiados não incluiu alguns dos campos.

"É necessário garantir uma aplicação adequada das principais directivas comunitárias em matéria de descontaminação de edifícios."

Adamos Adamou, AKEL, Chipre

República Checa

Na sua segunda intervenção, a **Dra. Daniela Pelclova** focou o desenvolvimento da legislação checa em matéria de amianto.

Referiu dados recentes do Instituto Nacional de Saúde Pública (Praga) revelando que 373 empregados continuam expostos ao amianto no local de trabalho: 276 ao crisótilo e 97 a amiantos anfibólicos²⁰. A maior parte das exposições perigosas ocorrem no decurso da remoção de amianto de edifícios ou em trabalhos de reparação²¹. Segundo as estimativas oficiais, até 55 000 pessoas na República Checa têm sido expostas ao amianto. Entre a população idosa do país, que conta com 10 milhões de habitantes, existe um aumento de

²⁰ Dos 276 trabalhadores expostos ao crisótilo apenas um era do sexo feminino; dos 97 expostos aos amiantos anfibólicos apenas oito eram do sexo feminino.

²¹ A grande maioria das exposições ao crisótilo verifica-se entre indivíduos que trabalham na remoção de isolamentos e resíduos, telhadores, carpinteiros e trabalhadores de manutenção. Os trabalhadores ferroviários, telhadores e carpinteiros contam-se entre os trabalhadores mais expostos aos amiantos anfibólicos.

todos os tipos de cancro. Desconhece-se, todavia, a proporção de cancros provocados pelas exposições profissionais a substâncias perigosas.

"O amianto tem sido utilizado no meu país, desde a década de 1920, para fabricar uma variedade de produtos incluindo têxteis, travões, calçado e materiais de fricção – esta utilização resultou num sofrimento humano extremo e consequências sociais negativas."
Jiri Mastalka, KSCM, República Checa

Países Baixos

Tinka de Bruin, Presidente do Comité das Vítimas do Amianto (Países Baixos) afirmou que os delegados à conferência dos novos Estados-Membros da UE pareciam surpreendidos pelo facto de um Estado-Membro antigo como os Países Baixos ter problemas com o amianto. Infelizmente é o caso. Numa população de 16 milhões, todos os anos são diagnosticados 400 casos de mesotelioma e 600 casos de doenças pulmonares relacionadas com o amianto. Em 1995, com o auxílio do Partido Socialista, as vítimas do amianto começaram a organizar-se; desde 1999, o Comité das Vítimas do Amianto constituiu-se em organização autónoma. Os membros do comité têm exercido um lóbi intenso para melhorar o destino das vítimas holandesas do mesotelioma. Em 2000, foi criado o Instituto das Vítimas do Amianto (IVA), com a cooperação do governo, do Comité, dos sindicatos, das entidades patronais e das seguradoras para racionalizar o processo de indemnização. Se uma vítima de mesotelioma tiver estado exposta profissionalmente, pode ser obtida indemnização através do IVA num período de tempo relativamente breve. Se a entidade patronal negligente tiver cessado a actividade, a indemnização será paga pelo Estado. Acrescente-se ainda que um regime financiado pelo Estado, introduzido em 2003, pagará uma soma global de 16 000 euros a doentes a quem tenha sido diagnosticado mesotelioma e que tenham trabalhado em actividades de alto risco.

Em Maio de 2004, o Comité das Vítimas dos Países Baixos organizou a sua primeira conferência internacional do amianto, nos Países Baixos. Foram distribuídos na conferência de Bruxelas exemplares da versão, em língua inglesa, das actas do congresso *O Poluidor Paga*. As decisões tomadas em Bruxelas afectam a vida de milhares de europeus. Não basta proibir o amianto; há que deixar claro que as vítimas não serão abandonadas:

«O Parlamento Europeu deverá fazer todo o possível para aprovar legislação segundo a qual todos os que tenham trabalhado com amianto e que tenham a saúde arruinada em resultado disso sejam indemnizados. É necessário um sistema de balcão único europeu em que se possa reunir toda a informação.»

O princípio do «poluidor pagador» deve ser a regra; são as entidades patronais que devem pagar os danos que provocaram. Para proteger as gerações futuras, devem ser obrigatórias auditorias ao amianto de todos os edifícios e devem ser desenvolvidos todos os esforços possíveis para remover a praga do amianto das nossas sociedades.

Polónia

Durante a mesa redonda, a **Dra. Neonila Szeszenia-Dabrowska** focou sobretudo a exposição profissional ao amianto e suas consequências, legislação em matéria de amianto e o Projecto Amiantus. As primeiras tentativas para minimizar a exposição profissional ao amianto, na Polónia, ocorreram em 1949, quando o número máximo admissível de partículas de amianto foi estabelecido em 180 milhões por 1 m³ de ar; as medições efectuadas nessa altura numa fábrica de fio e tecidos de amianto revelaram níveis até 24 vezes superiores ao número permitido. Em 1954, a concentração máxima admissível (CMA) do amianto no local de trabalho baixou para 2 mg/m³; todavia, continuaram as exposições perigosas. Não obstante terem sido introduzidas medidas para reduzir as concentrações de poeiras industriais de amianto, não eram invulgares exposições profissionais ao amianto até quatro vezes o CMA, com concentrações de fibras de amianto entre 1 a 25 mg/m³, nos anos 70. Tais exposições tiveram as consequências previsíveis: no período de 1976-2004, o governo reconheceu 2 691 casos de doenças relacionadas com o amianto, contraídas devido a actividades profissionais: 2 197 casos de asbestose, 143 casos de mesotelioma da pleura e 351 casos de cancro do pulmão²².

Para lidar com a contaminação por amianto da infra-estrutura polaca²³, o Conselho de Ministros adoptou, em Maio de 2002, um programa nacional para eliminar, na República da Polónia, o amianto e produtos contendo amianto, num prazo de 30 anos. Foi aprovada uma série de diplomas para minimizar os efeitos adversos da exposição ao amianto da população, nos meios urbano e rural. A aplicação do programa exige a coordenação de iniciativas por vários ministérios e órgãos governamentais, incluindo autoridades locais, administrações regionais e governo central. Outro programa de grande envergadura: o Projecto Amiantus foi concebido para facultar cuidados médicos gratuitos a antigos trabalhadores de 28 fábricas de processamento de amianto em todo o país. Em 2000-2004, foram efectuados 8 776 exames médicos a 5 466 trabalhadores. A asbestose foi diagnosticada a 14% dos indivíduos observados; tendo sido igualmente diagnosticados 19 casos de cancro do pulmão e 12 casos de mesotelioma da pleura.

Portugal

Armando Farias referiu a campanha de propaganda contínua levada a cabo pelo lóbi português do amianto que, segundo este orador, defende a reduzida biopersistência do crisótilo, alegando a inexistência de provas médicas referentes aos riscos do crisótilo. Os cientistas, todavia, confirmam a existência de uma epidemia europeia de amianto que reclamará 400 000-500 000 vidas na Europa Ocidental até 2030. Na Europa da pós-proibição, é nosso dever actuar para que os lesados não sejam esquecidos. A falta de controlo da aplicação da legislação comunitária em matéria de amianto continua a pôr vidas em risco. Em Portugal, podem encontrar-se produtos contendo amianto em edifícios,

²² Na década de 1994-2004, a incidência das doenças relacionadas com o amianto passou de 79 para 210, um aumento de mais de 250%.

²³ Fontes governamentais estimam que existem cerca de 15,5 milhões de toneladas de produtos de amianto na Polónia; a grande maioria, 14,9 milhões de toneladas, são chapas de fibrocimento. Cerca de 85% do restante amianto no país encontra-se em materiais e produtos de construção; a contaminação por amianto nas zonas rurais é cerca de três vezes mais elevada do que nas cidades.

escolas, estádios desportivos, edifícios rurais e sistemas de abastecimento de água; 30% do amianto utilizado em Portugal, em 2000, encontrava-se em condutas de fibrocimento utilizadas nas canalizações de água. Devido à inexistência de disposições para a eliminação controlada de resíduos de amianto, esses resíduos são abandonados em meio rural. Recentemente, Armando Farias e os seus colegas de sindicato informaram o Ministério do Ambiente das suas preocupações em relação ao trabalho de remoção de amianto levado a cabo por uma empresa de construção civil com trabalhadores não formados, sem equipamento especializado ou vestuário de protecção; nada se fez.

O êxito da campanha global para proibir o amianto assenta nos sindicatos, nos grupos de vítimas e nas ONG, no trabalho conjunto do mundo desenvolvido e em desenvolvimento para avançar a campanha de uma proibição global e denunciar a transferência de riscos perigosos. Nos últimos 30 anos, têm-se verificado progressos na sensibilização para as questões relacionadas com o amianto, em muitos países; o desenvolvimento de alternativas mais seguras veio denunciar o mito de que a civilização não pode existir sem amianto. A vida humana deve ter precedência sobre o volume de negócios das empresas; deve continuar a luta para se erradicar o flagelo sanitário que representa o amianto.

Ucrânia

Dmytro Skrylnikov avaliou a situação da legislação em matéria de amianto e investigação na Ucrânia. Segundo este orador, na Ucrânia não existem nem programas especiais nem legislação sobre o amianto; no entanto, algumas questões ambientais e sanitárias são abrangidas por legislação de carácter mais geral. Ao abrigo do Plano de Acção Nacional de Saúde e Ambiente, para 2000-2005, aprovado pelo governo da Ucrânia em 2000, deverá ser dada por concluída, em 2003, uma avaliação dos riscos para os trabalhadores na produção de amianto e utilizadores finais, devendo ser introduzidas medidas de protecção. Restrições orçamentais impediram a concretização deste plano. A escassez de recursos impediu igualmente a aplicação do programa do Conselho de Ministros (2002) que teria identificado processos industriais e actividades humanas que permitem a poluição do ambiente por substâncias cancerígenas.

Não foi efectuada qualquer investigação epidemiológica sobre doenças relacionadas com o amianto. As estatísticas governamentais permitem detectar algumas tendências inquietantes:

- as doenças pulmonares são responsáveis por praticamente metade de todas as mortes provocadas por doenças profissionais;
- anualmente verificam-se 100 000 mortes devido a cancro, número que tem registado aumentos;
- a partir de Janeiro de 2004, na Ucrânia, existiam 818 000 doentes de cancro; registam-se poucos cancros devidos a exposição profissional;
- na Ucrânia não se controlam nem vigiam as exposições a substâncias cancerígenas como dioxinas, bifenilos e amianto.

7. Evitar mais mortes desnecessárias

«É evidente que o motivo por que os produtos de fibrocimento são mais baratos se deve ao facto de as empresas produtoras de amianto não gastarem o que deviam em prevenção e indemnizações. Sobrecarregar os trabalhadores, os consumidores e a sociedade civil com os custos sociais dos danos sanitários provocados pelo amianto proporciona aos produtores de amianto uma vantagem em matéria de custos em relação a produtos de substituição mais seguros.»

Dr. Barry Castleman, consultor ambiental.

A maioria das fibras de amianto são utilizadas em materiais de construção de fibrocimento. Os substitutos do amianto nas chapas de fibrocimento incluem fibras poliméricas, como o álcool polivinílico e o polipropileno, normalmente misturados com celulose, de que resultam produtos planos; tem-se verificado algum êxito com a utilização de fibrocimento de bambu. Outras fibras alternativas incluem: eucalipto, bagaço e sisal. As telhas de microbetão²⁴, que têm sido utilizadas nas zonas rurais do Mali, constituem outro substituto para os materiais de construção de fibrocimento; estas telhas podem ser fabricadas com equipamento primitivo em zonas rurais. No Brasil têm-se desenvolvido telhas de argila, coberturas de ferro galvanizado e «onduline» (placas constituídas por fibras vegetais e betume), utilizadas com êxito. As alternativas que não contêm amianto custam normalmente mais 12%-30%, mas, à medida que os processos de fabricação melhoram, a diferença de preços diminuirá.

As alternativas aos tubos de fibrocimento incluem: tubos de ferro fundido e ferro fundido dúctil, tubos de polietileno de alta densidade, tubos de betão armado, de argila e de fibrocimento celulósico, como os produzidos pelo fabricante australiano James Hardie. Alternativas mais seguras utilizadas para produzir travões de veículos não contendo amianto incluem: travões semimetálicos de ferro esponjoso e grafite em resina fenólica plástica, fibras de volastonite, de p-aramida, de vidro e resinas como a resina fenólica e a resina de óleo de caju. Quanto aos tanques de armazenagem de água, algumas das alternativas são fibras de vidro, polietileno, PVA, celulose, betão e aço; os tanques de plástico têm a vantagem de serem menos pesados.

Projecto para uma estratégia global

Na Conferência Europeia do Amianto, o senador italiano, Antonio Pizzinato, afirmou que o debate da experiência italiana para alcançar a proibição nacional de amianto (1992) e a aplicação de medidas incidindo sobre as necessidades dos indivíduos expostos ao amianto destacava estratégias que poderiam ser utilizadas a nível supranacional. A campanha italiana pode dividir-se em três fases:

- **Fase 1.** A organização e a mobilização dos trabalhadores que se concretizaram em manifestações frente aos parlamentos nacionais e greves, aos níveis regional e

²⁴ Para mais informação sobre as telhas de microbetão e as fibras vegetais e betume ver, respectivamente, os sítios web: www.perryassociates.com e www.onduline.com.br

nacional, exigindo a proibição do amianto, um programa de inspecções médicas para os indivíduos expostos ao amianto, reforma antecipada para trabalhadores em actividades de risco, reconhecimento das doenças profissionais relacionadas com o amianto, bem como a descontaminação de edifícios públicos e privados. Esta fase durou 20 anos, tendo culminado na aprovação da lei italiana que proíbe o amianto e no reconhecimento oficial, pelo governo, dos problemas que afectam os indivíduos expostos ao amianto.

- **Fase 2.** No período de 1994-2004, foram aplicadas leis no sentido de se pôr cobro à utilização e à transformação do amianto, foram encerradas minas de amianto, foi estabelecido um programa de cuidados sanitários para as pessoas afectadas e criado um regime de seguro do governo para indemnizar as vítimas das exposições, tanto profissionais como ambientais, ao amianto.
- **Fase 3.** Continuam a decorrer iniciativas para reduzir, nos próximos dez anos, as consequências da herança do amianto em Itália através da remoção e substituição de produtos contendo amianto em fábricas e edifícios, garantindo cuidados de saúde gratuitos através do serviço nacional de saúde a todos os que sofram de doenças relacionadas com o amianto, assim como, para além das outras indemnizações concedidas pelo Estado, a criação do Fundo das Vítimas do Amianto, a que podem recorrer as vítimas de doenças profissionais associadas ao amianto, familiares²⁵ ou pessoas ambientalmente expostas.

A experiência italiana demonstrou que aprovar legislação pouco significa se esta não for aplicada. É necessário o acompanhamento da transposição das directivas comunitárias em matéria de amianto, em todos os 25 Estados-Membros, de modo a que se possam identificar e colmatar as lacunas existentes. A campanha italiana de proibição do amianto destacou igualmente a necessidade de colaboração de diversos grupos, incluindo sindicatos, grupos de defesa de vítimas, ONG, políticos, cientistas e outros. A nível global, é necessário que participem na campanha organismos como a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, as Nações Unidas e a Confederação Europeia dos Sindicatos.

«Embora se saiba que a exposição ao amianto pode provocar doenças debilitantes e mortais, os produtores de amianto continuam a defender que o amianto é de utilização segura, negando a existência de alternativas mais inócuas. É ignóbil expor populações de países em desenvolvimento ao risco de doenças que já provocaram tanto sofrimento humano. Os governos nacionais devem investigar com rigor casos de poluição ambiental por amianto para determinar quem foi o poluidor, e como forçá-lo a reparar o mal causado. Devem continuar as acções judiciais contra os executivos da Eternit. É necessária investigação sobre a influência e as acções destas grandes multinacionais; de

²⁵ Vinte por cento dos indivíduos que morreram de doenças relacionadas com o amianto, em Casale Monferrato, foram sujeitos a exposições para-profissionais; ou seja, encontraram-se expostos às fibras de amianto que os familiares levavam para casa nas roupas de trabalho.

uma vez por todas, há que documentar o papel que desempenharam no escândalo global do amianto.»

Bob Ruers, antigo senador, membro fundador do Comité das Vítimas do Amianto dos Países Baixos e advogado das vítimas.

"O problema do amianto tem uma natureza global e deve ser combatido ao nível da ONU."

Roberto Musacchio, PRC, Itália

8. Conclusões do autor

Conclusões do autor: "É crucial uma acção global coordenada"

Um certo número de participantes na Conferência realçou as graves consequências da fraca sensibilização do público e dos profissionais para as questões relacionadas com o amianto. A necessidade de combater a falta de informação foi considerada uma das principais prioridades pelos delegados, que concordaram igualmente ser crucial desenvolver uma acção global coordenada.

A eficácia desta acção foi claramente demonstrada pelos acontecimentos verificados após a realização da Conferência e relacionados com o *Clemenceau*, um dos antigos e mais prestigiados navios da marinha francesa. O Governo francês, que tinha a intenção de exportar este navio contaminado com amianto para a Índia para abate, foi alvo de uma campanha determinada por um grupo de ONG em França, Egipto e Índia, que considerava que a exportação deste resíduo tóxico infringia os protocolos nacionais, os acordos internacionais e a legislação francesa. Em 31 de Dezembro de 2005, um acórdão proferido por um Tribunal Administrativo francês removeu o obstáculo judicial final e o navio partiu de Toulon em direcção à Índia. Doze dias mais tarde, os activistas da Greenpeace abordaram o *Clemenceau* a 50 milhas náuticas da costa do Egipto. Já a bordo, subiram ao mastro e hastearam uma bandeira com a indicação: “Asbestos Carrier: Stay out of India” (“Transportador de Amianto: Não entrar na Índia”). Outros activistas sobrevoaram o navio em ultraleve motorizado exibindo uma faixa dizendo: “Not Here. Not Anywhere” (“Não aqui. Não em lado nenhum”). No quadro de um dia de acção internacional, foram realizados protestos em Bangladesh, Suíça e França.

Durante o Inverno, várias ONG com interesses diversos cooperaram no sentido de inverter a decisão do Governo francês. Em França, a Ban Asbestos France, a ANDEVA²⁶ e a Comissão Anti-Amianto da Universidade de Jussieu, os grupos que haviam perdido a batalha judicial, mantiveram a pressão nos meios de comunicação social. Os esforços de alguns organismos internacionais, incluindo a Greenpeace, a Basel Action Network, a Corporate Accountability Desk (Índia), a European Federation for Transport and Environment, a North Sea Foundation, Bellona, a International Ban Asbestos Network, o International Ban Asbestos Secretariat e a International Federation of Human Rights contribuíram para a divulgação da informação relativa ao fracasso *Clemenceau* junto de um público mais vasto. Em 17 de Janeiro de 2006, os representantes da plataforma de ONG ligadas ao abate de navios reuniram-se com D. Giotakos e outros membros do gabinete do Comissário Europeu responsável pelo Ambiente. Duas semanas mais tarde, o Comissário Europeu responsável pelo Ambiente da UE, Stavros Dimas declarou aos jornalistas que a

²⁶ ANDEVA: associação francesa que representa as vítimas do amianto.

exportação do Clemenceau constituía uma violação da legislação comunitária e poderia gerar consequências legais e financeiras para o Governo infractor. O Comissário Dimas afirmou igualmente que: “Deveria proceder-se a uma descontaminação rigorosa dos resíduos perigosos na UE, antes de enviar os navios para estaleiros de abate nos países em desenvolvimento.” Em 15 de Fevereiro, a mais alta jurisdição administrativa em França (Conseil d’Etat) ordenou ao Governo que suspendesse a transferência do Clemenceau; no mesmo dia, o presidente Chirac anunciou que o navio de 27.000 toneladas, que já se encontrava no mar da Arábia, regressasse a França. Prometeu que a França trabalharia com os seus parceiros europeus para desenvolver um programa de descontaminação dos navios em fim de vida útil na Europa, antes de eventualmente serem enviados para abate na Ásia. Quatro dias mais tarde, a Bangladesh Occupational Safety, Health and Environment Foundation (OHSE) anunciou que o navio SS Norway, construído em 1961 e contendo cerca de 1.250 toneladas de produtos de amianto, não seria abatido no Bangladesh. A campanha da OSHE destinada a impedir a aquisição do SS Norway por uma empresa de abate do Bangladesh incluiu uma petição ao Governo, um marcha de protesto em Dhaka (12 de Fevereiro) e a distribuição de folhetos alertando para a natureza tóxica do navio. Os protestos das outras ONG, que tiveram cobertura dos meios de comunicação social, aumentaram a pressão sobre os proprietários dos estaleiros e os Governos. No dia 17 de Fevereiro de 2006, a Bangladesh Ship Breakers Association decidiu por unanimidade que nenhuma organização pertencente a esta associação adquiriria o navio contaminado; simultaneamente, o Ministro do Ambiente anunciou que o Governo do Bangladesh não permitiria a entrada do SS Norway, até ser totalmente descontaminado. A acção das ONG e dos cidadãos envolvidos nestas campanhas na Europa e na Ásia foi crucial para decidir do destino do Clemenceau e do SS Norway. Estas campanhas, exemplos de acção directa no século XXI, ilustram tudo aquilo que poderá ser alcançado através da mobilização da sociedade civil.

Na declaração adoptada pelos delegados que participaram na Conferência, recomenda-se que as acções nacionais relacionadas com o amianto sejam coordenadas para maximizar o seu impacto global. Durante a Conferência, Fiona Murie, representante da International Federation of Building and Wood Workers (IFBWW), anunciou que o amianto foi considerado uma questão prioritária no âmbito do Dia Internacional em Memória dos Trabalhadores Vítimas de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (28 de Abril) do corrente ano. Em resposta a esta notícia, Alain Destexhe, senador belga e presidente de Parliamentarians for Global Action, apresentou um documento intitulado “Call for a Global Asbestos Ban” (“Apelo à Proibição Global do Amianto”), divulgado entre os deputados de todo o mundo antes da sua publicação em 28 de Abril. Para reforçar os esforços dos trabalhadores e dos políticos à escala global, foi lançada uma petição, a publicar no dia 28 de Abril, exprimindo as opiniões das vítimas do amianto, dos activistas ligados à saúde pública, dos profissionais de saúde, dos cidadãos e ONG envolvidos nas campanhas, onde se declara que:

“Num espírito de humanidade e igualdade, declaramos que cada ser humano tem o direito de viver e trabalhar num ambiente saudável. É inaceitável que uma substância demasiado perigosa para ser utilizada na União Europeia seja utilizada na Ásia, África e América

Latina; é inaceitável que um país industrializado despeje os navios contaminados com amianto num país em desenvolvimento. A proibição global do amianto é o primeiro passo na campanha para libertar a humanidade da ameaça que representa actualmente o amianto. Para pôr fim ao flagelo do amianto, assumimos o compromisso de trabalhar em conjunto para alcançar o nosso objectivo.”

Muitos dos acontecimentos verificados após a realização da Conferência foram estimulados pelo debate realizado ao longo da reunião de dois dias; é de esperar novas iniciativas nos próximos meses e anos. A presença de um número tão elevado de delegados jovens na Conferência trouxe um novo vigor a esta campanha, que procura pôr fim a cem anos de contaminação humana e ambiental através desta substância mortífera.

International Ban Asbestos Secretariat (IBAS) foi criado em 1999; consiste numa organização independente e não governamental que prossegue dois objectivos: a proibição global do amianto e uma reparação e compensação justa de todas as vítimas do amianto. O IBAS controla, analisa e divulga toda a informação proveniente da crescente rede de indivíduos e grupos envolvidos no movimento internacional contra o amianto, bem como a informação de fontes de natureza legal, médica e industrial. O IBAS produz material escrito e organiza conferências para dar maior relevo às questões do amianto.

Embora o IBAS trabalhe em estreita colaboração com a International Ban Asbestos Network, a Ban Asbestos e as associações nacionais de vítimas do amianto, não existe qualquer ligação de carácter organizativo ou financeiro a estes grupos. O trabalho do IBAS é coordenado por Laurie Kazan-Allen; para mais informação ver: <http://www.ibas.btinternet.co.uk>

**Conferência Europeia do Amianto:
Política, Saúde e Direitos Humanos**

Declaração de Bruxelas – 23 de Setembro de 2005

Preâmbulo

O amianto permanece a principal causa de cancro profissional na Europa. Os produtos de amianto nas casas europeias, edifícios comerciais e infra-estruturas e os resíduos de amianto no nosso ambiente continuam a provocar níveis consideráveis de doença e mortalidade.

Ano de acção

Organizações laborais europeias, associações médicas e entidades internacionais instaram para que 2005-2006 fosse declarado Ano do Amianto. Para este fim, os participantes na Conferência Europeia do Amianto, realizada em Bruxelas, em 22/23 de Setembro de 2005, exortam as instituições europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, bem como o Conselho da Europa, a elaborarem e aplicarem um plano de acção europeu em matéria de amianto que inclua as seguintes acções:

Acção em matéria de prevenção

Para evitar futuras exposições perigosas, recomendam-se as seguintes medidas:

- aplicação rigorosa da legislação comunitária e nacional relativa à saúde e à segurança em relação ao amianto;
- tal como sucede com outras substâncias cancerígenas, todos os produtos de amianto devem ser rotulados com a indicação de produto tóxico; é inaceitável a utilização actual da letra «a»;
- introdução de auditorias obrigatórias ao amianto em edifícios públicos até 2007 e residências privadas até 2008, bem como em todos os meios de transporte (navios, comboios, aviões) até 2008; introdução de legislação comunitária, incluindo um regime de certificação, para a regulação da indústria de remoção do amianto;
- introdução de orientações para medir a contaminação do solo por amianto;
- investigação de métodos seguros para tratar os resíduos de amianto;
- deve pôr-se cobro à derrogação que permite a utilização do amianto na produção de cloro;

- a directiva de 2003 deve ser reforçada através da supressão do conceito de «exposições esporádicas e de fraca intensidade». Nenhuma exposição ao amianto é inócua!

Acção em matéria de direitos humanos

Os direitos humanos e a abolição da pena de morte são valores centrais da UE. No entanto, centenas de milhares de europeus são privados do seu direito à saúde por exposições perigosas ao amianto; em muitos casos, estas exposições são sinónimo de sentença de morte. É necessário garantir o direito básico ao trabalho e à vida num ambiente seguro. Recomendam-se as seguintes medidas:

- reclassificação das placas pleurais e outras doenças derivadas da exposição ao amianto como «doença não maligna»; a actual categorização destes sintomas como benignos não é um reflexo exacto do seu impacto na saúde e opções de emprego dos doentes;
- estabelecimento de um registo nacional de trabalhadores expostos ao amianto e de trabalhadores vítimas de doenças relacionadas com o amianto;
- reconhecimento de todas as doenças relacionadas com o amianto contraídas durante o trabalho como doenças profissionais, no âmbito de uma harmonização dos regimes de indemnização das doenças profissionais na União Europeia;
- desenvolvimento de orientações médicas para o «melhor tratamento» das doenças relacionadas com o amianto; desenvolvimento e financiamento de um programa de investigação para o tratamento e cuidado de pessoas com tais doenças;
- estabelecimento de fundos ou regimes específicos, europeus ou nacionais, financiados por empresas envolvidas na produção do amianto através de contribuições obrigatórias e assistência pelas autoridades públicas a todas as vítimas de exposição profissional, ambiental ou doméstica ao amianto; apoio aos grupos de assistência às vítimas do amianto para mobilizar e auxiliar os indivíduos lesados;
- fim da autorização da relocalização de empresas não europeias na UE para iludir as responsabilidades decorrentes do amianto nos seus países;
- criação de um centro europeu de investigação para o estudo e a aplicação de tecnologia segura em matéria de remoção/descontaminação de áreas contaminadas com amianto, que constituem actividades de alto risco.

Acção em matéria de tratamento equitativo

- A UE deve apoiar uma proibição internacional do amianto através de uma Convenção da OIT ou outro instrumento global, bem como a transição adequada nos países em desenvolvimento.
- A legislação comunitária deve proibir a utilização de amianto, em qualquer parte do mundo, por empresas sediadas na UE; o incumprimento desta obrigação deve ser

punido com sanções pecuniárias, cujos fundos seriam distribuídos entre as vítimas estrangeiras do amianto.

- As estratégias dos arguidos para minimizar as suas responsabilidades decorrentes do amianto, a nível mundial, encontram-se bem desenvolvidas; a UE deve trabalhar com outros parceiros para criar um fundo internacional para indemnizar as vítimas do amianto das empresas comunitárias.
- É inaceitável a transferência de risco da Europa para os países em desenvolvimento. Sobretudo, o desmantelamento de embarcações contaminadas, como o «Clemenceau», na Índia, constitui uma violação tanto da Convenção de Basileia como da legislação comunitária em matéria de resíduos - regras que devem ser aplicadas com rigor.
- As boas práticas referentes à introdução com êxito, na Europa, de tecnologia inócua sem amianto deve ser divulgada em países que ainda utilizam essa substância.
- Devem ser disponibilizadas dotações do Fundo Social Europeu para apoiar a limpeza das áreas contaminadas com amianto.
- Os participantes na conferência exigem acções nacionais em dias específicos, como o 28 de Abril 2006, *dia internacional do trabalhador*, e 14 de Maio, *dia comemorativo* para recordar as vítimas do amianto na Bélgica. Recomendam-se sobretudo manifestações em frente às embaixadas do Canadá.
- A União Europeia deve promover um inquérito sobre actividades actuais e passadas das multinacionais do amianto e empresas associadas.
- As organizações europeias envolvidas na campanha por uma proibição mundial do amianto devem apoiar o combate das ONG, sindicatos e outras organizações em países em desenvolvimento contra o amianto, facultando-lhes informação sobre boas práticas, legislação eficaz, questões de carácter técnico e médico; as entidades europeias devem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de redes internacionais de cooperação e solidariedade.

Nota final

O amianto afecta uma ampla gama de questões como a saúde profissional e pública, o ambiente, a defesa dos consumidores e a investigação médica. Recomenda-se, assim, que seja nomeado um coordenador do Plano de Acção Comunitário em Matéria de Amianto.

APÊNDICE B – Programa da conferência e lista de participantes

Conferência Europeia do Amianto: Política, Saúde e Direitos Humanos

Quinta-feira 22 e Sexta-feira 23 de Setembro de 2005
Parlamento Europeu - Bruxelas, ASP 1 G3

Programa

Quinta-feira, 22 de Setembro de 2005

- 9:30 **Boas-vindas:** Deputado Francis Wurtz, Presidente do Grupo GUE/NGL
- 9:45 **Comentários de Abertura:** Presidentes da sessão: Deputada Kartika Liotard (GUE/NGL) e Xavier Jonckheere, Presidente da ABEVA
- 10:00 **Política Comunitária do Amianto:** Condições de Trabalho e Prestações Sociais
- 10:20 **Painel de Debate** – Exposição Profissional ao Amianto:
Malta: Saviour Sammut
Bulgária: Svetla Karova
Portugal: Armando Farias
Espanha: Angel Carcoba
- 10:50 **Política Comunitária do Amianto:** O Ambiente
- 11:10 **Painel de Debate** – Exposição Ambiental ao Amianto
Chipre: Deputado nacional George Perdikes
UK: Jason Addy
Polónia: Dra. Neonila Szeszenia-Dabrowska
Ucrânia: Dmytro Skrylnikov
Itália: Fulvio Aurora
Turquia: Dr. Salih Emri
- 11:40 **Painel Político** – Debate de deputados europeus:
Itália: Vittorio Agnoletto
Chipre: Adamou Adamos
Grécia: Dimitris Papadimoulis
República Checa: Jiri Mastalka
Irlanda: Bairbre de Brún
- 12:15 **Debate Plenário:** Presidência
- 12:45 **Conclusão:** Presidência
- 15:00 **Comentários de Abertura:** Presidência
- 15:10 **A Dimensão Humana das Doenças Provocadas pelo Amianto:**
França: Nicole Voide
Bélgica: Xavier Jonckheere
Iniciativas das Vítimas: Reino Unido: John Flanagan

Investigação sobre Mesotelioma: Reino Unido: Astero Klabatsa

Evitar Mais Mortes Desnecessárias

- 15:40 **Estudo de Casos:** Derrogação Comunitária ao Amianto na Produção de Cloro: Fernanda Giannasi, Inspectora Fabril, Brasil
- 16:00 **Quadro Normativo para os Produtos Químicos:** Registo, Avaliação e Autorização de Produtos Químicos (REACH): Deputado Guido Sacconi
- 16:20 **Alternativas ao Amianto:** Materiais de Construção e Produtos de Fricção: Dr. Barry Castleman
- 16:40 **A Transferência de Tecnologia Perigosa para o Mundo em Desenvolvimento:** Dra Annie Thebaud-Mony
- 17:00 **Campanha Global a Favor da Proibição do Amianto:**
Senador belga Alain Destexhe
Senador italiano Antonio Pizzinato
- 17:30 **Debate Plenário:** Presidência
- 18:20 **Conclusão:** Presidência
- 18:30 **Encerramento da Sessão**

Sexta-feira, 23 de Setembro de 2005

- 9:30 **Comentários de Abertura:** Presidentes: Deputados Roberto Musacchio e Adamou Adamos

Definição do Âmbito do Problema Europeu do Amianto

- 9:45 **Aspectos Médicos do Amianto:** Exames, Incidência e Reconhecimento: Dr. Olaf Hagemeyer
- 10:00 **Tipos de Cancro Provocados pelo Amianto:** O Custo Financeiro para os Sistemas Nacionais de Saúde: Dr. Andrew Watterson
- 10:15 **Subdeclaração de Cancros Provocados pelo Amianto na Dinamarca:** Lars Vedsmand
- 10:30 **Doenças Provocadas pelo Amianto na Grécia?** Dr. Panagiotis Behrakis
- 10:45 **Painel Médico:**
Eslovénia: Dra. Metoda Dodic-Fikfak
Lituânia,: Dra. Ruta P. Everatt
República Checa: Dra. Daniela Pelclova
Índia: Dr. Tushar Kant Joshi
- 11:20 **Direitos Humanos das Vítimas de Doenças Relacionadas com o Amianto:** Sally Moore
- 11:35 **Responsabilidade Empresarial e Indemnização:** Eternit - Estudo de um Caso - Bob Ruers
- 11:50 **Debate Plenário:** Presidência
- 12:20 **Resolução da Conferência:** Laurent Vogel

12:50 **Conclusão:** Deputada Kartika Liotard

15:00 **Mesa Redonda:** Presidências: Fiona Murie e Angel Carcoba

15:15 **Países Relatores**

Bulgária: Svetla Karova

Chipre: Deputado Nacional George Perdikes

República Checa: Dra. Daniela Pelclova

Lituânia: Ruta P. Everatt

Malta: Saviour Sammut

Países Baixos: Tinka de Bruin

Polónia: Dra. Neonila Szeszenia-Dabrowska

Portugal: Armando Farias

Ucrânia: Dmytro Skrylnikov

16:45 **Debate:** Presidências

17:45 **Conclusão:** Presidências

18:00 **Encerramento da Sessão**

Participantes: ABEVA-Bélgica, ANDEVA e BAN Asbestos France-França CAOVA e Society for Asbestos Victims, Suíça, Greenpeace-Chipre, Professor P. Behrakis, Grécia, Casale Monferrato Victim's Group and National Association of Italian Victims - Itália, CCOO-Espanha, Dutch Asbestos Victims' Committee-Países Baixos, SABS-Eslovénia, Clydebank Asbestos, Clydeside Action on Asbestos-Scotland, Merseyside and District Asbestos Victim Support Group, Justice for Asbestos Victims of Northern Ireland, Asbestos Awareness Wales e outros.

APÊNDICE c

Links úteis:

International Ban Asbestos Secretariat
www.ibas.btinternet.co.uk

Merseyside Asbestos Victims Support Group - UK
<http://www.asbestosdiseases.org.uk>

ANDEVA (Association Nationale de Défense des Victimes de l'Amiante) - France
<http://andeva.free.fr>

Instituto Sindical de Trabajo, Ambiente y Saluo (ISTAS)
(Spanish Trade Unions)
<http://www.ccoo.es/istas>

The International Federation of Building and Wood Workers (IFBWW)
<http://www.ifbww.org/>

Confederation of Independent Trade Unions, Bulgaria
<http://www.knsb-bg.org/>

Institute of Occupational Medicine, Poland
<http://www.imp.lodz.pl/>

Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, France
<http://www.inserm.fr/fr/>

Save Spodden Valley, UK
<http://www.spodden-valley.co.uk/>

ABEVA, Belgium
<http://www.abeva.be/>

Dutch Asbestos Victims Committee
<http://www.comiteasbestslachtoffers.nl>

European Trade Union Confederation
www.etuc.org

Socialist Party, Netherlands
www.sp.nl

GUE/NGL Group
www.guengl.eu



Photo: Hein du Plessis

Hein du Plessis, que reside na África do Sul, é um fotógrafo que se está a especializar em documentários sociais. Tem trabalhado como repórter fotográfico, leccionando actualmente na Faculdade de Design e Artes Visuais da Universidade Central de Tecnologia, na África do Sul. De entre as suas anteriores exposições, contam-se: "Images of Elderly Abuse" (Imagens da violência contra os idosos), "Facing AIDS" (Enfrentando a SIDA), "Into Full View" (India's Workers) (Grande Plano - Trabalhadores na Índia), "Face to Face" (Cancer and You) (Face a face - Tu e o cancro). As suas obras puderam ser admiradas em numerosos países. As imagens reproduzidas na presente publicação provêm da exposição de 1999 intitulada "The Legacy of Asbestos" (A herança do amianto). As obras de Hein du Plessis têm sido seleccionadas e recompensadas com numerosos prémios, como o Fuji Press Awards (1993, 2002, 2003), o South Africa Pro Photo Awards (1999), o Commonwealth Photo Award (2001), o South Africa Picture Essay Award (2001) e o Institute of Photography Award de Nova Iorque (2002). O artista pode ser contactado através do endereço: hduples@cut.ac.za



Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica
Grupo Parlamentar · PARLAMENTO EUROPEU

Sobre o Grupo GUE/NGL

O Grupo GUE/NGL (Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde) é o quinto maior grupo do Parlamento Europeu, sendo actualmente constituído por 41 eurodeputados provenientes de 16 partidos políticos de 13 países europeus. Como o próprio nome indica, trata-se de um grupo confederal de 16 partidos que trabalham para a prossecução de objectivos políticos comuns. O Grupo GUE conta com membros dos seguintes partidos: Synaspismos (Grécia), AKEL (Chipre), KSCM (República Checa), Folkebevaegelsen mod EU (Dinamarca), Vasemmistoliitto (Finlândia), PCF (França), Die Linke.PDS (Alemanha), KKE (Grécia), PRC (Itália), Sinn Féin (Irlanda), SP (Países Baixos), PdCI (Itália), PCP (Portugal), Izquierda Unida (Espanha), Vänsterpartiet (Suécia), Bloco de Esquerda (Portugal).